

Quem disse ?

«Esta minoria (Terceira Via) virou as costas aos valores progressistas dos seus partidos com o argumento de que estão a "modernizar" a social-democracia»

Philippe Marière

Diário de Notícias, 1 de Novembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Orçamento de Estado aprovado

O Orçamento de Estado foi ontem aprovado na generalidade com os votos favoráveis do Partido Socialista, a abstenção do deputado Daniel Campelo que se auto-suspendeu da bancada do PP e contra de todas as forças da oposição. No encerramento do debate parlamentar, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, acusou a oposição de ter feito um longo de todo o tempo uma insistente flagelação. «Repetiu o argumentário, não fez mais nada, não quis discutir em profundidade o Orçamento de Estado, nem apresentou nunca outro em sua substituição». De acordo com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, «já se sabia que a oposição ia votar contra o Orçamento antes mesmo de o conhecer». O que está em causa é uma obsessão pelo derrube do Governo e a abertura de uma crise política com o mérito (de ironia) de acontecer com o ciclo político das eleições para a Presidência da República, ou seja, segundo Jaime Gama, uma crise política em 2001 que paralisaria o País por longos meses.

Jaime Gama criticou também a conduta do presidente do PP Paulo Portas. «O senhor deputado Paulo Portas acabou por gerar uma estratégia política que teve efeitos em cadeia», disse.

O primeiro a ceder a esse efeito foi o Bloco de Esquerda, não sei se por electromagnetismo familiar. Para Jaime Gama, Paulo Portas tem-se exercitado bem no caminho do populismo com tendência para o autoritarismo chique. As suas características são um moralismo, um narcisismo perante as sondagens e um deslumbramento pelas suas frases feitas, assim como um gosto pelo seu espectáculo dramático das suas aparições públicas insistentes. Na perspectiva do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros «quem tanto se arvora em defensor da segurança dos portugueses acaba por se transformar no mais irresponsável criador da intranquilidade política no País». É a isto que chega o autodeslumbramento do líder do PP. Em relação a Durão Barroso, Jaime Gama comentou: «Compreendemos o perfil baixo com que esteve neste debate do Orçamento de Estado. Compreendo que estivesse interessado num resultado útil que venha a conservar o seu poder na liderança do PSD por mais algum tempo.»

Jorge Sampaio na Convenção Nacional do PS

CONTO COM OS SOCIALISTAS NO COMBATE DAS PRESIDENCIAIS



A Convenção Nacional do PS recebeu em ambiente de euforia Jorge Sampaio. A sua recandidatura à Presidência da República foi aprovada por unanimidade e aclamação por mais de dois mil militantes do partido, que se reuniram sábado passado nas antigas instalações da Feira Internacional de Lisboa. No seu discurso, Jorge Sampaio sublinhou o seu orgulho em ser socialista. Apelou a todos para se juntarem a ele em mais um combate pela democracia nas eleições para a Presidência da República. Sobre o seu primeiro mandato, o chefe de Estado referiu que nunca pediu nada ao PS, mas também o PS nunca lhe pediu nada. «Teria de ser assim», frisou Jorge Sampaio. Já o secretário-geral do partido referiu que há uma marca socialista no Palácio de Belém, após dois brilhantes mandatos de Mário Soares e um de Jorge Sampaio. Depois, não hesitou mesmo em apontar a abstenção como o único adversário de Sampaio na sua recandidatura à Presidência da República.

Política

Primeiro-ministro denuncia estratégias negativas das oposições

Votar contra o Orçamento é querer paralisar o País



António Guterres foi claro nos avisos que fez aos líderes da oposição na segunda-feira, durante o começo do debate do Orçamento de Estado de 2001. Se não for aprovado, não serão apenas responsáveis pela abertura de uma indesejada crise política. Serão sobretudo responsáveis pela paralisia do País por vários meses, já que Portugal só poderia regressar a um clima de normalidade em Outubro do próximo ano.

Governo

Saúde

Guerra declarada ao alcoolismo



O Conselho de Ministros aprovou o Plano de Acção contra o Alcoolismo. O plano apresenta como principais linhas de actuação o desenvolvimento e apoio de programas de promoção e educação para a saúde na área da alcoologia que incluam o lançamento de campanhas de informação pública, abordagem nos currículos escolares e acções de sensibilização e de formação para grupos específicos.



OE 2001 aprovado

O Orçamento de Estado foi ontem aprovado na generalidade com os votos favoráveis do Partido Socialista, a abstenção do auto-suspenso deputado do PP Daniel Campelo, e contra de todas as forças da oposição.

Chegou assim ao fim a novela dramático-política protagonizada pela oposição sobre a viabilização do Orçamento de Estado para 2001. Incapazes de apresentar qualquer alternativa, as oposições uniram-se numa santa aliança para chumbar o Orçamento, antes mesmo de o conhecer. Nem o espectro de uma indesejada crise política com a respectiva paralisação do País por vários meses foi suficiente para que colocassem os interesses do País acima dos interesses estratégicos (?) internos.

Curiosamente as oposições apenas se souberam unir para destruir e confundir demagogicamente os portugueses, nunca se preocupando em proporcionar alternativas ou em estabelecer pontes de ligação que proporcionassem um entendimento que viabilizasse amplamente o Orçamento de Estado.

O primeiro-ministro, António Guterres, sempre se mostrou disponível para um entendimento com a oposição e isso mesmo ficou, mais uma vez, bem visível na sua intervenção, na segunda-feira, no início do debate sobre o Orçamento de Estado ao afirmar que «é bom que o Orçamento seja aprovado a bem do País. Por isso, estou disponível para o diálogo e digos-vos que a nossa proposta não está fechada». Mas, infelizmente, para as oposições a porta do diálogo com o Governo nunca esteve aberta.

Num ano que se avizinha particularmente complicado económica e politicamente, as oposições apostam fortemente na desestabilização e na crise. As próximas eleições presidenciais correm o risco de se virem a tornar num campo de exclusiva campanha anti-PS e antigoverno. Para este facto alertou António Guterres na intervenção que fez no sábado, durante a Convenção Nacional do PS que aprovou por unanimidade e aclamação a candidatura de Jorge Sampaio a Belém, ao afirmar que na corrida à Presidência da República, Jorge Sampaio não está só, «mas está quase só». E que os adversários do actual Presidente apenas estão na corrida ao Palácio de Belém «para terem tempo de antena para os respectivos partidos. E estou certo que esses tempos de antena vão servir sobretudo para atacar o PS e o Governo, do que para discutir aquilo que estará em causa nas eleições presidenciais».



VITÓRIA HISTÓRICA DO PSOE

O PSOE chegava ao poder em Espanha sob o signo do «cambio». Era uma vitória histórica. Principais responsáveis: os então jovens Felipe González e Alfonso Guerra.

Depois da França era a vez da Espanha ter um governo socialista, embora com um programa menos ambicioso que os seus correligionários franceses liderados pelo camarada François Mitterrand.

É que, para além de outros factores, os nossos camaradas espanhóis tinham como pano de fundo uma sociedade conservadora herdada do franquismo, onde a extrema-direita espreitava, uma democracia jovem e débil e um país onde as marcas e divisões da Guerra Civil (1936-39) eram ainda patentes.

Naturalmente, na sua edição de 4 de Novembro de 1982, o «Acção Socialista» dedicava largo espaço a este acontecimento (com um suplemento destacável) que enchia de felicidade e esperança a esquerda democrática, com destaque para uma extensa entrevista concedida ao nosso jornal pelo camarada Manuel Alegre.

«A vitória do PSOE representa uma ruptura democrática com o franquismo», afirmava o camarada Manuel Alegre, ao mesmo tempo que punha em evidência a clarividência política de Felipe González.

J. C. CASTELO BRANCO

4 de Novembro

Quem disse?

«Nem o paternalismo do Estado, ao qual estamos habituados a pedir tudo, nem a selvagem competição entre seres desiguais abandonados à lei do mais forte nos darão a solução»

Manuel Alegre



Agricultura Farinhas de animais vão para aterro

O Ministério da Agricultura vai depositar as cerca de 80 mil toneladas armazenadas de farinhas de carne e ossos de restos de animais no aterro sanitário de Tondela.

Esta decisão segue-se a um período de experimental que decorreu «nos últimos dias» e foi considerado «um sucesso». O Governo decidiu, em 1998 e no âmbito do combate à encefalopatia espongiforme bovina (BSE), retirar da cadeia alimentar os subprodutos de ovinos, bovinos e caprinos. Os materiais foram transformados em farinhas.

A ideia inicial era utilizar o sistema de coincinação para o tratamento destes resíduos, que não estão catalogados como pe-rigosos. Como a Assembleia da



República decidiu parar o processo de co-incineração, as farinhas têm sido depositadas em armazéns.

O processo de transferência das farinhas dos armazéns para o aterro inicia-se esta semana.

Cooperação Portugal e Moçambique assinam acordo hídrico

O ministro do Ambiente, José Sócrates, chegou ontem a Maputo para uma visita de trabalho, onde assinará acordos, nomeadamente na área do ordenamento territorial e no âmbito da reconstrução das zonas afectadas pelas grandes cheias.

Durante a sua estada de quatro dias em Maputo, Sócrates será recebido por governantes moçambicanos, estando prevista a assinatura de acordos nas áreas de gestão de recursos hídricos, conservação da natureza e protecção costeira. Os acordos serão assinados respectivamente com os ministérios das Obras Públicas e Habitação, Agricultura e Desenvolvimento Rural bem como da Coordenação para Acção Ambiental

moçambicanos.

Segundo o Ministério do Ambiente português, os protocolos a assinar por José Sócrates com Moçambique integram-se no apoio do Governo português às regiões inundadas pelas grandes cheias que assolaram o centro e sul deste país, em Fevereiro passado.

A cooperação e apoio português visam a reconstrução das zonas afectadas de Moçambique numa perspectiva de ordenamento territorial, tendo em conta a hidráulica, os leñçóis de água, as estações de tratamento de resíduos, lixos e saneamento básico entre outras rubricas adjacentes ao Ambiente.

Lei da Rádio aprovada na generalidade

A proposta de Lei da Rádio foi aprovada na generalidade no Parlamento.

Apresentada pelo secretário de Estado da Comunicação Social, ao lado do ministro da Presidência, Guilherme de Oliveira Martins, a proposta baixou à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias com os votos a favor do PS e a abstenção dos restantes grupos parlamentares.

O camarada Arons de Carvalho congratulou-se, no final do debate, com o «consenso alargado em relação à necessidade de uma nova lei».

O camarada António Reis, vice-presidente da bancada do PS, sublinhou que o Governo completa com a proposta de Lei da Rádio «a renovação do edifício legislativo da Comunicação Social».

A proposta de lei agora aprovada actualiza a Lei da Rádio aprovada em Julho de 1988 e alterada em Janeiro de 1997 e inclui matéria actualmente regulada pelo decreto-lei número 130, aprovada em Maio de 1997.

Além de adaptar a legislação tendo em vista a transição para a rádio digital (DAB), a proposta regula a rádio através do cabo e do satélite, possível num futuro próximo. Em relação às licenças e autorizações para o exercício de actividade consagra o princípio da intransmissibilidade, ainda a alteração do controlo da empresa que detém o alvará.

Clarificando as normas relativas à produção e difusão de programação própria, a nova lei determina que as rádios locais «devem produzir e difundir as respectivas emissões a partir do estabelecimento a que corresponde a licença ou autorização», criando mais dificuldades às transmissões em cadeia ilegais.

No sentido de prestar um melhor serviço às populações é também aumentado o tempo de programação própria, exigindo a nova lei um mínimo de oito horas diárias (mais duas do que a actual lei determina). Mantém-se o número mínimo de três noticiários com informação local.

CONVENÇÃO NACIONAL DO PS **Jorge Sampaio afirma**

CONTO COM OS SOCIALISTAS NO COMBATE DAS PRESIDENCIAIS

A Convenção Nacional do PS recebeu em ambiente de euforia Jorge Sampaio. A sua recandidatura à Presidência da República foi aprovada por unanimidade e aclamação por mais de dois mil militantes do partido, que se reuniram sábado passado nas antigas instalações da Feira Internacional de Lisboa. No seu discurso, Jorge Sampaio sublinhou o seu orgulho em ser socialista. Apelou a todos para se juntarem a ele em mais um combate pela democracia nas eleições para a Presidência da República. Sobre o seu primeiro mandato, o chefe de Estado referiu que nunca pediu nada ao PS, mas também o PS nunca lhe pediu nada. «Teria de ser assim», frisou Jorge Sampaio. Já o secretário-geral do partido referiu que há uma marca socialista no Palácio de Belém, após dois brilhantes mandatos de Mário Soares e um de Jorge Sampaio. Depois, não hesitou mesmo em apontar a abstenção como o único adversário de Sampaio na sua recandidatura à Presidência da República.

«**E**stou aqui sem problemas. Estou orgulhoso da minha história», afirmou visivelmente emocionado o Presidente da República perante os militantes socialistas. Jorge Sampaio lembrou depois que «a eleição do Presidente da República é um acto fundamental da democracia. Os portugueses vão escolher quem querem ter nos próximos cinco anos à frente da República. É disse que se trata, não o esqueçamos. Conto convosco para mais este combate pela democracia, por Portugal e pelo portugueses, pelo nosso presente e pelo nosso futuro», apelou o chefe de Estado.

As primeiras palavras de Jorge Sampaio foram destinadas a agradecer o apoio que os socialistas decidiram manifestar em relação à sua recandidatura à Presidência da República. «Agradeço e aprecio esse apoio, tanto mais quanto sei que é um apoio em nome do interesse nacional e dos valores da democracia e da República, duma República que queremos moderna. Estamos aqui frente a frente, com clareza, porque posso dizer, olhos nos olhos: nunca vos pedi nada, vocês nunca me pediram nada durante estes anos de mandato que ora termina. Não podia ser de outra maneira, para respeitarmos as instituições e a independência de cada um, e a boa fé de quem me elegeram», afirmou o chefe de Estado, recebendo uma longa salva de palmas da família socialista.



Depois, o Presidente da República afirmou que a sua candidatura é nacional, «aberta a todos os portugueses. Mas não é – nem quero que seja – uma candidatura neutra, indeterminada, ou asséptica. É, pelo contrário, uma candidatura afirmativa, portadora de valores e de propósitos», sublinhou também o chefe de Estado, que ainda assegurou não estar na sua segunda recandidatura ao Palácio de Belém «para cumprir calendário ou para fazer exercícios de aquecimento. O País não o consentiria». Jorge Sampaio referiu-se igualmente ao estilo de campanha eleitoral que se propõe seguir. «Quero que saibam que, se pretendo a reeleição, também sei que antes disso há uma campanha a fazer, com força de determinação, com discussão e clareza, com ânimo e princípios, com serenidade e também com emoção e sem insultos a quem quer que seja. E também sei que o único julgamento que vale é o do povo português no dia próprio», frisou.

Em causa as questões nacionais

No seu discurso, Jorge Sampaio fez também questão de identificar o que está em causa nas próximas eleições presidenciais, respondendo assim indirectamente à candidatura de direita de Ferreira do Amaral, apoiada pelo PSD. Nas eleições para a Presidência da República, «são as questões nacionais que estão em causa, não as partidárias. Quero que estejam comigo neste combate, que é o combate de uma vida, de uma vida de quarenta anos dedicada a causas, a testemunhos, a dizer que estou presente e para quê. Os portugueses sabem que, ao

outra», disse, antes de deixar ainda outra mensagem: «Os portugueses sabem que serei um Presidente sereno, um Presidente que tem um entendimento estável da sua função, que não é sujeito a pressões ou instrumentalizações, venham de onde vierem. Os portugueses sabem que serei construtivo, rigoroso e intransigente na defesa dos valores da democracia e nos princípios do Estado de Direito.»

Marca socialista em Belém

A abertura da Convenção Nacional do PS coube ao secretário-geral, o camarada António Guterres. Definiu o primeiro mandato presidencial de Jorge Sampaio como «exemplar e impecável. Quinze anos depois da primeira eleição de Mário Soares para a Presidência da República, há hoje uma marca socialista na forma de exercer» o mais alto cargo da Nação. De acordo com o primeiro-ministro, a característica essencial dessa marca é a de que o Presidente da República não chefa «um partido, ou uma facção de portugueses, mas todos os portugueses, mesmo os que não votaram nele».

Ou seja, como afirmou António Guterres, tanto com Mário Soares, como com Jorge Sampaio, o Presidente da República «foi o árbitro do sistema democrático», sempre com o objectivo de promover a estabilidade do regime democrático. «Estamos certos que essa marca se vai prolongar por mais cinco anos na Presidência da República», declarou o primeiro-ministro.

António Guterres destacou em Jorge Sampaio as suas qualidades de homem «profundamente humano, solidário e que sofre com o sofrimento dos outros». Na corrida à Presidência da República, Jorge Sampaio não está só. «Mas está quase só», frisou António Guterres, explicando depois a sua ideia. É que os adversários de Jorge Sampaio apenas estão na corrida ao Palácio de Belém «para terem tempo de antena para os respectivos partidos. E estou certo que esses tempos de antena vão servir sobretudo para atacar o PS e o Governo, do que para discutir aquilo que estará em causa nas eleições presidenciais».

Neste acto eleitoral, de acordo com o secretário-geral do partido, «o grande adversário de Jorge Sampaio será a abstenção». Lembrou depois que as candidaturas de direita «sempre tiveram a si associadas não valores, mas uma lógica de poder, de hegemonia total de um só bloco político. Entendem o Presidente da República como instrumento de um grupo político, mas não como árbitro. Queremos que o próximo Presidente sejam realmente um Presidente da República de todos os portugueses», contrapôs António Guterres.

VOTAR CONTRA O ORÇAMENTO É QUERER PARALISAR O PAÍS

António Guterres foi claro nos avisos que fez aos líderes da oposição na segunda-feira, durante o começo do debate do Orçamento de Estado de 2001. Se não for aprovado, não serão apenas responsáveis pela abertura de uma indesejada crise política. Serão sobretudo responsáveis pela paralisação do País por vários meses, já que só Portugal só poderia regressar a um clima de normalidade em Outubro do próximo ano. O primeiro-ministro lamentou que as oposições tenham sabido unir-se para destruir. Querem chumbar o Orçamento, mas, até agora, foram incapazes de apresentar qualquer alternativa. O debate aqueceu com uma intervenção demagógica de Paulo. Com serenidade, o secretário-geral do PS mostrou-lhe que não estavam em causa princípios se um deputado do PP decidir viabilizar o Orçamento, mas apenas uma questão de oportunidade política. Ao líder dos populares, Guterres deu ainda uma lição sobre a dignidade com que devem ser tratados todos os deputados. E lembrou que estava a cair em contradição ao lançar acusações, porque ele próprio, durante a última campanha eleitoral, prometeu aos aveirenses colocar este distrito acima de tudo.

O discurso do camarada António Guterres no primeiro dia de discussão do Orçamento de Estado de 2001 foi dedicado a denunciar as consequências políticas para o País, caso a proposta do Governo seja reprovada. Como lembrou logo a iniciar a sua intervenção, o chefe do Governo frisou que o debate deste ano «é o mais eminentemente político» dos últimos anos. «Estão em causa as propostas do Orçamento de Estado, mas está sobretudo em causa o futuro económico e social do País. É bom que o Orçamento seja aprovado a bem do país. Por isso, estou disponível para o diálogo e digo-vos que a nossa proposta não está fechada», afirmou o primeiro-ministro logo a abrir o seu discurso, antes de lembrar que o Executivo e o PS querem continuar a assumir-se como «um facto de estabilidade. Não queremos crises políticas, não queremos eleições antecipadas. Queremos cumprir o nosso mandato até ao fim, e nessa altura sermos julgados pelos portugueses».

O secretário-geral do PS lembrou depois que, a acontecer uma crise após uma reprovação do Orçamento, não será igual a outras que aconteceram no passado.



Pelos impedimentos constitucionais que são colocados ao Presidente da República neste período específico, não poderiam existir eleições legislativas antecipadas antes do final de Maio e o País teria de ser gerido por duodécimos até Outubro. Por isso, António Guterres sublinhou que «votar contra o Orçamento de Estado não significa apenas ser responsável por uma crise política. Significa também ser responsável por uma paralisação do País e que se prolongará por vários meses». Como demonstrou António Guterres, tal terá impactos negativos para Portugal no plano internacional e em factores de confiança ao nível do investimento. «Aqueles que dizem hoje que a economia está mal, pergunto como ficará depois, se o Orçamento não for aprovado», questionou o primeiro-ministro, antes de recusar que o Executivo tenha alguma vez exercido chantagem junto das oposições. Se o Orçamento de Estado não passar em votação final global, no que respeita à Função Pública, terá de haver um compromisso com efeitos retroactivos. Ao mesmo tempo, os aumentos das pensões poderão descapitalizar o sistema de Segurança Social. Por outro lado, a ausência de Orçamento poderá causar rupturas nos fornecimentos aos Serviço Nacional de Saúde e causará sérios prejuízos às autarquias locais, que em 2001 se preparam para receber mais 50 milhões de contos.

Coligação negativa das oposições

Ainda na denúncia que fez do comportamento das oposições, o primeiro-ministro caracterizou-as no seu conjunto como «uma coligação negativa». No

Um desafio que incomodou seriamente os deputados do partido de Carlos Carvalhas, que ficaram sem resposta.

Finalmente, perante o PSD, António Guterres recordou que fora prometido por Durão Barroso um programa de emergência para a economia portuguesa. «Pelos vistos esse programa não era assim tanto de emergência, porque já passaram mais de 60 dias e ainda não foi apresentado», comentou, recebendo uma prolongada salva de palmas da bancada do PS.

A demagogia de Paulo Portas

Depois de um discurso demagógico de Paulo Portas, António Guterres foi obrigado a colocar as coisas nos exactos termos no capítulo que diz respeito à possibilidade de um deputado do PP acabar por viabilizar o Orçamento. «Paulo Portas tem uma concepção errada sobre o Parlamento. Não estamos perante uma questão de princípio, mas de oportunidade política», declarou o primeiro-ministro, que acusou o presidente do PP de querer empurrar o País para eleições antecipadas. A seguir, porém, respondeu a Portas, referindo que a Assembleia da República «não pode ser um conjunto de seis caudilhos, donos de 230 deputados». Pelo artigo 155 da Constituição da República, explicou, os deputados são integrados em partidos, mas exercem livremente os respectivos mandatos.

Ou seja, se Daniel Campelo decidir viabilizar o Orçamento de Estado, não estamos perante uma questão que se coloca ao regime democrático, mas um problema que apenas diz respeito à desobediência da disciplina de voto no PP. António Guterres lembrou mesmo a propósito que vários deputados do PS votaram contra o Governo na questão da co-incineração. «Não me ouviu dizer que eles foram aliçados pela oposição, ou que estavam a colocar em causa o sistema político», declarou.

António Guterres negou ainda que um deputado individual viabilizar o Orçamento não introduz qualquer precedente na vida política nacional, porque, em 1996, a proposta do Governo foi aprovada com a abstenção do PP e dos deputados do PSD da Madeira e dos Açores, «todos no exercício legítimo dos seus direitos. Nessa altura não houve indignação, porque os votos desses deputados não era decisivos», lembrou o primeiro-ministro.

O primeiro-ministro trouxe ainda à memória o que Paulo Portas prometeu à população do distrito de Aveiro, durante a última campanha eleitoral. «Critiquem-me se não defender Aveiro quando for eleito». O presidente popular ficou visivelmente embaraçado com esta referência.

GUERRA DECLARADA AO ALCOOLISMO

O Executivo socialista aprovou, no dia 2, em reunião de Conselho de Ministros, o Plano de Acção contra o Alcoolismo.

O plano apresenta como principais linhas de actuação o desenvolvimento e apoio de programas de promoção e educação para a saúde na área da alcoologia que incluem o lançamento de campanhas de informação pública, abordagem nos *curricula* escolares e acções de sensibilização e de formação para grupos específicos, que chamem a atenção para os riscos do consumo excessivo, inoportuno ou inconveniente de bebidas alcoólicas.

A estratégia desenhada para este plano de acção pretende também editar e divulgar a Carta Europeia sobre o Alcool, adoptada pela Conferência Europeia sobre o Alcool (Paris, 1995), bem como o Plano de Acção Europeu sobre o Alcool (OMS, 2000/2005); Promover e divulgar estudos epidemiológicos e de investigação sobre a evolução dos problemas ligados ao álcool; promover campanhas de informação e sensibilização e programas de treino junto dos profissionais de saúde, bem como dos agentes educativos e das entidades policiais, tendo em vista toda esta problemática e o considerar as situações de uso (e abuso) de bebidas alcoólicas por menores como susceptíveis de integrar o conceito de perigo, para os efeitos do artigo 3º, n.º 2, da Lei de protecção de crianças e jovens em perigo, devendo, em consequência, sinalizá-las às entidades competentes (comissões de protecção de crianças e jovens ou tribunais); são outras duas linhas orientadoras do plano a par da criação de uma Rede Alcoológica Nacional, tendo por base os Centros Regionais de Alcoologia (com função coordenadora) e os serviços locais de saúde mental, com as respectivas articulações à unidades de cuidados de saúde primários e aos hospitais gerais, que assegure a colaboração em acções preventivas, metodologias de diagnóstico e tratamento acessíveis efectivas bem como o apoio a estruturas de reabilitação psicossocial para dependentes e doentes alcoólicos, a par da investigação dos problemas ligados ao álcool.

No âmbito do Código da Publicidade o plano de acção propõe:

- Alargar o período de proibição da publicidade na televisão e na rádio a quaisquer bebidas alcoólicas, até às 22 horas e 30 minutos, mediante alteração ao Código da Publicidade;
- Incluir na rotulagem de todas as bebidas alcoólicas mensagens alertando para os danos causados pelo seu consumo, especialmente por menores, grávidas e mães que amamentam e que o consumo excessivo, inoportuno ou inconveniente prejudica gravemente a saúde;
- Proibir o patrocínio por marcas de bebidas alcoólicas das seleções nacionais e de quaisquer actividades desportivas, assim



como de actividades culturais e recreativas dirigidas ao público juvenil;

- Garantir o cumprimento da proibição da associação de símbolos nacionais à publicidade de bebidas alcoólicas. Em matéria de venda/consumo de bebidas alcoólicas em estabelecimentos ou empresas, o Plano de Acção contra o Alcoolismo avança com a proibição da venda e do consumo no local de venda de bebidas alcoólicas, a menores de 18 anos e a adultos notoriamente embriagados ou com perturbação mental, em quaisquer estabelecimentos comerciais, com responsabilização dos vendedores.

A este nível o plano visa:

- Reforçar as medidas de fiscalização sobre a venda e consumo em estabelecimentos de restauração e de bebidas e outros mais frequentados por menores de 18 anos;
- Obrigar à afixação do referido normativo de interdição, de modo bem visível, em todos os locais de venda de bebidas;
- Obrigar à diferenciação explícita nos estabelecimentos comerciais de auto-serviço, independentemente das suas dimensões, dos locais de exposição das bebidas alcoólicas e das bebidas não alcoólicas;
- Proibir a disponibilização de bebidas alcoólicas através de mecanismos de venda automática;
- Definir um perímetro em torno dos estabelecimentos escolares de qualquer grau de ensino e de quaisquer outros dirigidos a crianças e jovens, dentro do qual será proibida a instalação de novos

estabelecimentos de bebidas ou quaisquer estruturas ambulantes destinadas à venda de bebidas alcoólicas;

- Interditar a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nas áreas de serviço das auto-estradas entre as 20 e as 6 horas;
- Proibir a venda e a disponibilização nos locais de trabalho da Administração Pública de quaisquer bebidas alcoólicas, à excepção de fermentadas, no horário definido para as refeições principais;
- Proibir a venda e a disponibilização de qualquer tipo de bebida alcoólica nos estabelecimentos de restauração e bebidas acessíveis ao público localizados nos estabelecimentos de saúde;
- Incluir nos *curricula* de formação dos profissionais de hotelaria de metodologias de relacionamento com clientes presumidamente intoxicados, bem como dos modos de intervenção na sua prevenção;
- Sensibilizar as associações de produtores, os industriais e comerciantes de bebidas alcoólicas para a elaboração de um código de conduta de autorregulação, a exemplo do verificado em vários países da União Europeia.

No domínio da sinistralidade rodoviária o plano de acção defende a redução do valor máximo de alcoolemia permitido para 0,3 g/l, nos grupos de condutores de veículos ligeiros de transporte público de aluguer e pesados de passageiros e de mercadorias; e titulares com menos de dois anos de habilitação legal para conduzir qualquer veículo motorizado.

Foi estabelecido o valor 0 g/l de alcoolemia

para os condutores de veículos de socorro e emergência e de transportes escolares.

Das palavras aos actos

O Governo chefiado pelo camarada António Guterres decidiu, ainda na passada quinta-feira, reestruturar os centros regionais de alcoologia e cria unidades funcionais de intervenção em alcoologia no âmbito dos serviços locais de saúde mental.

Este diploma procede à reestruturação dos centros regionais de alcoologia, tendo em vista adaptar as estruturas existentes para o desenvolvimento de metodologias de abordagem à prevenção, tratamento e reabilitação face ao aumento dos níveis de consumo de bebidas alcoólicas, não só em termos gerais como em relação a dois grupos populacionais particularmente vulneráveis, os jovens e as mulheres.

Em termos resumidos o diploma apresenta inovações significativas.

Assim, os centros regionais de alcoologia passam a designar-se centros regionais de alcoologia do Norte, Centro e Sul, tendo como missão o desenvolvimento de metodologias de abordagem à promoção da saúde e à prevenção, reabilitação e tratamento do consumo excessivo ou inadequado de bebidas alcoólicas em particular nas vertentes da dependência e da compulsão ao consumo.

Fica, deste modo, clarificada a sua inserção no Serviço Nacional de Saúde, no âmbito dos serviços regionais de saúde mental (decreto-lei n.º 35/99, de 5 de Fevereiro) com apoio à formação e desenvolvimento de unidades funcionais de intervenção em alcoologia dos serviços locais de saúde mental.

É também esclarecida a autonomia administrativa e financeira de que já gozavam por via da inscrição no Orçamento do Estado como serviços autónomos.

São igualmente desenvolvidas as atribuições, com relevância para a articulação com os serviços locais de saúde mental, tendo em vista a promoção dos vários tipos de intervenção no âmbito da alcoologia, a formação em particular de agentes de saúde e de educação, a colaboração na elaboração de estudos epidemiológicos e no apoio a acções a desenvolver por organização não governamentais;

Com o decreto-lei aprovado na passada reunião de Conselho de Ministros estabelecem-se competências específicas de controlo tutelar; cria-se um conselho técnico como órgão comum dos centros com competência de coordenação das intervenções em saúde no âmbito dos problemas ligados ao álcool; e regula-se o regime financeiro e patrimonial estabelecendo-se princípios de financiamento com sujeição a orçamento-programa contratualizados em sede das agências de contratualização dos serviços de saúde.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O Governo está a preparar um plano de formação que responda às «necessidades específicas dos bombeiros» e quer complementar o «enorme esforço do voluntariado» com um dispositivo permanente de resposta.



A garantia foi dada, no dia 5, em Santarém, pelo ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira, numa cerimónia de entrega das chaves de 42 novas viaturas a outras tantas corporações de bombeiros do País, que decorreu em frente ao Centro Nacional de Exposições (CNE). Segundo Severiano Teixeira, o Ministério iniciará em breve um processo progressivo de contratualização com as associações e as autarquias para a criação de um grupo de intervenção que possa «complementar o trabalho fundamental dos voluntários». Através do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), o Ministério da Administração Interna gostaria de assumir o papel de regulação do sistema, «consciente que este assenta no voluntariado e no associativismo», afirmou.

Sobre o plano de formação para os bombeiros, o secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Carlos Zorrinho, adiantou que o que puder será feito no terreno, aproximando as acções dos locais onde estão os bombeiros, em particular os voluntários.

ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

O secretário de Estado da Administração Portuária anunciou, no dia 3, em Aveiro, que o Governo está a trabalhar num acordo sobre o regime jurídico do trabalho portuário. Segundo José Junqueiro, que falava durante uma visita que realizou sexta-feira às obras portuárias, «é fundamental para a dinamização portuária fazer convergir todos os agentes num contrato de concertação social».

O governante reagiu assim às preocupações transmitidas pelo presidente da Administração do Porto de Aveiro, Raul Martins, sobre as alegadas dificuldades sentidas devido ao conflito laboral entre as empresas de estiva e os sindicatos.

Durante a visita, Junqueiro inteirou-se ainda dos projectos a financiar pelo III Quadro Comunitário de Apoio, no montante global de 30 milhões de contos.

Grande parte desse investimento é reservado às ligações rodo-ferroviárias,

essenciais para o crescimento do Porto de Aveiro, que conta captar também o movimento de empresas espanholas, como porto mais próximo de Madrid.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura assegurou, no dia 4, que a nova lei da caça veio iniciar «a mais profunda reforma do sector alguma vez feita em Portugal» e refutou as críticas feitas por algumas associações de caçadores.



«Esta é uma matéria controversa e alguns poucos grupos, muito restritos, estão saudosos do antigamente, quando se matava a caça sem regras», referiu Capoulas Santos, em Arraiolos.

O ministro referiu que o novo diploma foi aprovado, em finais de Setembro, na Assembleia da República «sem que qualquer grupo parlamentar, com excepção de alguns deputados da CDU, levantasse objecções».

«Não foi apresentada qualquer outra solução alternativa, o que demonstra que este modelo era o melhor», acrescentou, classificando as críticas da Federação Nacional de Caçadores e Proprietários como «infundadas».

O ministro realça que está a ser feito «um enorme esforço» na ordenação do território cinegético nacional e acusa os contestatários de «desconhecimento da lei».

ASSUNTOS FISCAIS

O Ministério das Finanças vai estudar o cruzamento das informações da administração fiscal com as bases de dados da Segurança Social, afirmou à Imprensa, no dia 5, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Ricardo Sá Fernandes explicou que o cadastro fiscal único dos contribuintes será uma realidade em 2001, permitindo o cruzamento de informações entre os sistemas dos diversos impostos existentes, nomeadamente, os impostos sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e Colectivas (IRC) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Sá Fernandes considera que uma das grandes mudanças já aprovadas é a passagem dos tribunais tributários para a órbita do Ministério da Justiça, acabando com a situação vigente até agora de o fisco ser juiz em causa própria.

Este alteração vai no sentido de conferir

maiores garantias aos contribuintes de que os seus direitos serão respeitados pela máquina fiscal.

Ainda no mesmo sentido, os prazos de acção da administração fiscal serão reduzidos. Além disso, as garantias prestadas a favor do Estado, por exemplo, caducam assim que os prazos fixados forem ultrapassados.

As infracções tributárias também sofrem alterações, sendo os regimes de infracções fiscais e aduaneiras, assim como as diversas disposições avulsas existentes, substituídos por um único Regime Geral das Infracções Tributárias.

Este novo regime prevê, entretanto, novas situações. É criada a figura do crime de burla tributária «para quem utiliza facturas falsas para ter reembolsos fiscais», segundo o secretário de Estado.

Isto será punido com multa até três anos de prisão, ou de oito anos, nos casos «de montante especialmente elevado».

Será, também, reformulada a figura do crime de fraude fiscal e criada a de crime de fraude fiscal qualificada, que configura casos de «viciação ou falsificação» da escrita contabilística.

CONSUMO

O secretário de Estado do Consumo, Acácio Barreiros, garantiu, no dia 5, em Lisboa, que os portugueses podem ter um elevado grau de confiança nos bens alimentares, apesar de reconhecer que a fiscalização e inspecção da qualidade alimentar requer bastante aperfeiçoamento. Ultrapassar as situações de sobreposição de competências na área do controlo alimentar, procurar um acção mais eficaz dos mecanismos de inspecção e conseguir uma maior confiança dos consumidores em relação aos seus alimentos, são os objectivos centrais da nova Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, criada em Outubro.

Para Acácio Barreiros, a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar vem responder à necessidade de fazer uma abordagem global da cadeia alimentar, para responder às exigências de segurança dos consumidores.

Para isso, como explicou Acácio Barreiros, a Agência constitui-se como um órgão controlador da actividade da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, das Direcções Regionais de Agricultura e da Direcção-Geral de Veterinária.

Numa altura em que a segurança alimentar é assombrada pelo ressurgimento de surtos de BSE na União Europeia (UE), Acácio Barreiros reitera que «o esforço que se tem feito ao nível da BSE desde 1996 é exemplar».

CULTURA

O ministro da Cultura, José Sasportes, considerou, no dia 4, em Coimbra, que os Encontros de Fotografia são um dos sinais do estatuto que esta arte adquiriu, nos últimos anos, no panorama artístico português.

«A fotografia em Portugal ganhou um

grande estatuto nos últimos anos – é uma arte central no panorama artístico português», afirmou o governante, para quem os Encontros constituem «um marco» neste contexto.



O ministro da Cultura falava aos jornalistas durante a inauguração dos Encontros de Fotografia, que se prolongam até dia 26. Sasportes garantiu que o Ministério da Cultura continuará a apoiar este evento, mas adiantou, por outro lado, que caso o Orçamento de Estado para 2001 não seja aprovado, projectos como a Orquestra Sinfónica do Porto e Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura poderão ser comprometidos.

Poderão verificar-se também «problemas na gestão corrente» do Ministério da Cultura, à semelhança do que poderá registar-se nos outros ministérios, adiantou.

JUSTIÇA

Os notários e conservadores portugueses vão assumir, até ao final de 2002, algumas das funções actualmente desempenhadas pelo sistema judicial, anunciou, no dia 6, em Lisboa, o ministro da Justiça.



Para António Costa, «nos tribunais devem ficar exclusivamente os actos próprios da função jurisdicional, ou seja, quando há um litígio e quando o tribunal tem de resolver um litígio».

«Todos os outros actos ou formas processuais que não pressupõem a existência de um litígio devem ser retirados dos tribunais e devem ser tratados pelo sistema de justiça mas fora dos tribunais», afirmou.

PELO PAÍS

Governança Aberta

Costa falava após a assinatura do prolongamento da vigência do protocolo de acção entre os ministérios Justiça, da Economia e da Administração Pública para a modernização do sistema de registos e notariado.

O protocolo de cooperação conta também com a participação da associação Empresarial de Portugal, Confederação da Indústria Portuguesa, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Ordem dos Advogados e Câmara dos Solicitadores.

PESCAS

A frota nacional vai ter 10,8 milhões de contos do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) para modernização, num processo que o secretário de Estado das Pescas afirmou ser a última oportunidade para a pesca portuguesa.

José Apolinário garantiu, no dia 2, em Lisboa, que, «após 2006, a tendência da União Europeia será para reduzir as ajudas a fundo perdido, dificultando a construção de embarcações».

Assim, «é importante que, principalmente a pequena pesca e o cerco aproveitem as ajudas disponíveis».

A medida respeitante à renovação e modernização da frota inscrita no Programa Operacional Pescas prevê investimentos totais de 23,9 milhões de contos, dos quais 10,8 milhões respeitam à despesa pública (8,6 milhões de contos de subvenções comunitárias e 2,4 milhões de contrapartida nacional).

No segmento do cerco, «a renovação é crucial, pois é uma área que ainda não foi modernizada e cujos pescadores têm uma média etária elevada», explicou o secretário de Estado.

O processo de modernização do cerco, onde a maior parte das embarcações são polivalentes, implica a redução do número de barcos, que actualmente são 160.

José Apolinário pretende apostar na «melhoria da competitividade e na subida da capacidade de pesca, mas com menos mão-de-obra, de modo a ser possível aumentar as remunerações dos pescadores».

PLANEAMENTO

O secretário de Estado do Planeamento disse, no dia 4, em Vila Verde, que o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) privilegia os projectos que promovam a produção e o desenvolvimento regional.

«Os fundos comunitários à disposição do País deverão ser canalizados para actividades concretas, porque o tempo da construção de infra-estruturas está terminado na maioria dos concelhos», afirmou Ricardo Magalhães, vincando que serão apoiados os agentes económicos locais, privados ou institucionais, que saibam correr riscos e desenvolver economia local e nacional.

O governante falava durante a sessão solene de inauguração do Centro de Certificação de Artesanato de Soutelo, Vila Verde, construído pela Associação de Desenvolvimento Regional do Minho,

Adere-Minho, e que serve quer para actividades de produção, quer de certificação e distribuição.

Na cerimónia participou também a primeira dama da República, Maria José Rita, o presidente da Câmara Municipal local, José Manuel Fernandes, o vice-governador Civil, Manuel Ferreira, o presidente da Associação Comercial de Braga, Alberto Pereira, o presidente da Adere-Minho, Augusto Pereira, e o presidente da Cruz Vermelha distrital, Francisco Almiv.



Para Ricardo Magalhães, as verbas dos diversos programas comunitários «não podem cingir-se a projectos de obras de construção de edifícios ou de outras infra-estruturas, antes têm de criar condições para que o desenvolvimento regional seja uma realidade».

REFORMA DO ESTADO

A modernização do Estado português passa cada vez mais pela associação entre público e privado na prossecução de «pequenos projectos» como hospitais, escolas, prisões e faculdades, afirmou, no dia 3, no Porto, Alberto Martins.



O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, que falava na sessão de encerramento de um seminário sobre «Lançamento e Gestão de Parcerias Público-Privadas», organizado pelo Instituto Nacional de Administração, referiu que este tipo de associação exige «um papel mais moderno para o Estado».

Tomando em conta o carácter inovador das novas parcerias público-privado, Alberto Martins defendeu a necessidade de «definir uma orientação política geral

de enquadramento deste método e, só então, legislar definitivamente, à medida que a experiência se vá consolidando». A experiência passará, não só pela realização de obras no terreno, como também pela análise das experiências já efectuadas em termos internacionais e nacionais – caso da Ponte Vasco da Gama, comboio na Ponte 25 de Abril, as mini-Brisas e renovação da marinha de guerra.

SEGURANÇA SOCIAL

A actividade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) vai passar a ser acompanhado, em permanência, por um conselho consultivo, que tomou posse, sexta-feira, dia 3, no Porto.

O secretário de Estado da Segurança Social explicou que objectivo da criação deste novo órgão é «assegurar que a actividade» do instituto «seja acompanhada, em permanência e de forma totalmente transparente». Por isso, o conselho será composto «por representantes dos sectores da nossa sociedade» e presidido pelo economista e ex-ministro da Economia Daniel Bessa.

O montante gerido pelo fundo de capitalização da Segurança Social deverá atingir os 600 milhões de contos, no final deste ano, e os 750 milhões de contos, no final do próximo ano.

O objectivo definido pelo Governo é que o

fundo constitua uma reserva suficiente para o pagamento de dois anos de pensões, ou seja, cerca de 2,5 mil milhões de contos. Caberá ao conselho consultivo pronunciar-se sobre o plano e relatório de actividades do IGFCSS, bem como sobre a política de gestão dos fundos afectos ao instituto.



Este novo órgão integra, também, representantes das centrais sindicais e das confederações patronais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, o que, segundo Vieira da Silva, representa «o primeiro passo» para «aprofundar a participação dos parceiros sociais em todos os níveis do sistema de solidariedade e segurança social».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 2 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Plano de Acção contra o Alcoolismo;
- Uma decreto-lei que reestrutura os centros regionais de alcoologia e cria unidades funcionais de intervenção em alcoologia no âmbito dos serviços locais de saúde mental;
- Uma proposta de lei que aprova o regime geral das infracções tributárias e adopta medidas destinadas a reforçar as garantias dos contribuintes e a melhorar a eficiência de funcionamento dos órgãos de justiça tributária;
- Um decreto-lei que regula o processo de liquidação da Silopor – Empresa de Silos Portuários, SA e estabelece um conjunto de regras sobre a concessão e sobre a alienação de património destas empresas;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva comunitária que altera a legislação europeia relativa às condições de polícia sanitária que regem o comércio intracomunitário e as importações provenientes de países terceiros de carnes frescas e aves de capoeira;
- Um decreto-lei que aprova o acordo relativo à Aplicação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, respeitantes à Conservação e Gestão das Populações de Peixes Transzonais e das Populações de Peixes Altamente Migradores, adoptado em Nova Iorque, em 4 de Agosto de 1995;
- Um decreto-lei que cria a medalha privativa do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- Um decreto regulamentar que altera as escalas indicárias das carreiras de Inspeção-Geral das Forças Armadas (IGFAR), nos termos do n.º 3 do artigo 17º do decreto-lei que procedeu à revisão do regime de carreiras da Administração Pública;
- Uma resolução que exonera José Mota Maia do cargo de presidente do conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Uma resolução que nomeia Albino Manuel Domingos Martins vogal do Conselho de Administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo;
- Uma deliberação que aprova a proposta do primeiro-ministro e de ministro da Defesa Nacional e propõe ao Presidente da República a nomeação do general António José Vaz Afonso para o cargo de chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

OBRIGATÓRIAS DUAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 2, um decreto-lei que vai obrigar a que os alunos do ensino básico aprendam obrigatoriamente duas línguas estrangeiras em vez de apenas uma, como sucedia até agora.

Na sua reunião de quinta-feira passada o Governo aprovou, em votação final, dois decretos contemplando a reorganização curricular do ensino básico e a revisão curricular do ensino secundário.

No âmbito da organização curricular do ensino básico, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares: a área de projecto, o estudo acompanhado e a formação cívica.

Consagra-se igualmente a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa, a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias da informação como formação interdisciplinar.

O diploma estabelece ainda disposições relativas à formação de professores – inicial, contínua e especializada – e à



necessária reorganização dos grupos de docência do ensino básico.

Além disso, fixa a calendarização do processo de reorganização curricular que se vai desenvolver a partir do ano lectivo

de 2001/2002 nos primeiro e segundo ciclos do ensino básico, sendo progressivamente alargada aos vários anos de escolaridade do terceiro ciclo.

No que toca ao ensino secundário, o diploma aprovado quinta-feira, dia 2, determina a criação da área de projecto nos cursos gerais, e da área de projecto tecnológico nos cursos tecnológicos, áreas curriculares não disciplinares, «visando desenvolver uma visão integradora dos saberes e da relação teoria-prática, bem como promover a orientação escolar e profissional e facilitar a aproximação ao mundo do trabalho», segundo um comunicado oficial.

Ainda no domínio da organização curricular, de modo a superar eventuais dificuldades, bem como uma possível reorientação do seu percurso, o 10º ano de escolaridade inclui uma etapa inicial, simultaneamente de diagnóstico e de orientação.

O diploma prevê ainda a criação da figura do director de curso, «a quem compete a coordenação, acompanhamento e

avaliação do curso por que é responsável e que deverá promover, não só as desejáveis articulações curriculares, como também as relações com a realidade social envolvente», acrescenta o documento.

Assumindo o princípio da integração do currículo e da avaliação, o diploma define a avaliação como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador da diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino secundário.

«Neste sentido, conjugam-se as modalidades de avaliação interna com dispositivos de avaliação externa, designadamente através de exames finais nacionais no 12º ano», refere ainda.

Além disso, o decreto estabelece a calendarização do desenvolvimento do processo de revisão curricular do ensino secundário, que será feito a partir do ano lectivo 2002/2003 no 10º ano de escolaridade, sendo progressivamente alargada aos restantes anos de escolaridade deste nível de ensino.

HABITAÇÕES A CUSTO CONTROLADO PARA COMBATER INSUSTENTÁVEL ESPECULAÇÃO

A especulação imobiliária atingiu níveis alarmantes no nosso país, em especial nas grandes cidades como Lisboa, uma situação insustentável que urge combater. A especulação imobiliária é uma prática anti-social que tem de ser travada. A teologia do mercado não pode ser um valor na área da habitação, que é um bem de primeira necessidade.

A lei da «mão invisível» não pode continuar a reinar impunemente, impedindo que os cidadãos adquiram casas a preços acessíveis e sejam expulsos das cidades

onde habitam.

Lisboa é uma cidade fugitada pela especulação imobiliária. Uma intervenção é urgente.

Ciente deste grave problema, o Governo vai disponibilizar até final do ano 12 terrenos para construção de 717 fogos de habitação a custos controlados.

O objectivo é combater a insustentável especulação imobiliária e disponibilizar casas a famílias cujos rendimentos não sejam compatíveis com os preços praticados no mercado.

O preço de venda das habitações a custo

controlado não pode ultrapassar o dobro do custo médio de construção por metro quadrado (que é anualmente actualizado por portaria), actualmente, entre 58 e 59 contos.

Esta semana, serão abertos três concursos, em Setúbal, para 243 fogos.

Qualidade de construção

Até ao fim do ano, serão abertos concursos para mais 330 fogos em Setúbal (prevendo-se ainda fracções comerciais e equipamentos), 40 fogos na Amadora

(mais estruturas para instalação de comércio e equipamentos) e 54 fogos em Mangualde.

Podem concorrer cooperativas e empresas de construção cujos projectos serão avaliados pelo Instituto Nacional da Habitação (INH), sendo privilegiada a «qualidade de construção».

Desde o início do ano, os concursos abertos somam cerca de 600 fogos.

Para o próximo ano, estão previstos 18 concursos para terrenos nos concelhos de Guimarães, Amadora, Matosinhos, Setúbal e Almada, para um total de 762 fogos. J. C. C. B.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEPUTADO JOÃO CRAVINHO

OE 2001

PRIORIDADE À FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO



Notável a todos os níveis a intervenção na Assembleia da República do camarada João Cravinho, durante o debate sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Na sua intervenção, o deputado socialista analisou em profundidade o Orçamento nas suas diversas vertentes, realçando a grande prioridade dada à componente social, lembrou que aos governos do PSD, desde os tempos da AD até Cavaco Silva, cabe a parte de leão no dispendio da despesa pública e chamou ainda a atenção para as responsabilidades dos partidos da oposição, da esquerda à direita, na não aprovação do Orçamento e na consequente crise política que o País não entende nem deseja.

Segundo sublinhou João Cravinho, a presente proposta orçamental aponta na boa direcção e é melhor que a anterior porque, nomeadamente, «a política fiscal nela consubstanciada, em aplicação da reforma fiscal em curso, visa uma melhor equidade e justiça fiscal», bem como «prosegue a consolidação das finanças públicas» e «confirma a prioridade à função social do Estado, uma vez que o gasto da função social é reforçado no Orçamento de Estado passando para 56,8 por cento em 2001, quando em 1995 estava apenas em 45,6 por cento».

Complemento extraordinário de solidariedade

O deputado socialista destacou a introdução neste Orçamento do complemento extraordinário de solidariedade destinado aos

beneficiários da pensão social, ou seja, os mais pobres dos pobres.

Uma iniciativa que, é justo recordar, partiu de João Cravinho e que de imediato foi acolhida com entusiasmo pelo Governo.

Segundo sublinhou o deputado do PS, existe no País um «grande consenso» no sentido de reconhecer que o principal problema da gestão pública é, actualmente, o controlo da despesa pública, acrescentando que nos aproximamos do «limite da carga fiscal desejável».

Redistribuir com justiça a carga fiscal

«De futuro, não poderemos recorrer ao aumento da carga fiscal para financiar eventuais aumentos da despesa pública», advertiu, salientando que «a orientação da reforma fiscal deve ir no sentido de tornar a fiscalidade mais justa, mais eficiente e mais simples, redistribuindo a sua carga, combatendo decisivamente a fraude e a evasão e modernizando a administração tributária».

Cravinho aproveitou ainda, com dados irrefutáveis, para desmontar as últimas aparições, sob a forma de artigos, de Cavaco Silva e do «monstro» (de que afinal é o pai, conforme se descobriu recentemente), lembrando, nomeadamente no que se refere à despesa pública, que «a Irlanda estava em 1985 7,7 pontos percentuais acima de Portugal, e terminou em 1995 8 pontos percentuais abaixo de Portugal».

Isto é, explicou Cravinho, «numa comparação com Portugal sob os governos de Cavaco Silva, a Irlanda ganhou-nos quase 16 pontos percentuais em 10 anos». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO JOÃO SOBRAL

Combate ao alcoolismo

A SAÚDE DOS PORTUGUESES EM PRIMEIRO LUGAR

«A maior das toxicodependências.» Assim definiu o deputado socialista João Sobral o problema do alcoolismo em Portugal e no resto da Europa.

João Sobral falava, no dia 2, na Assembleia da República, durante o agendamento potestativo do PSD sobre o projecto de resolução de combate ao consumo excessivo de álcool.

«O consumo excessivo de álcool é uma toxicodependência porque a acção psicotrópica induzida pelo consumo de álcool, tão conhecida e utilizada como elemento facilitador do relacionamento interpessoal, bem como pelo seu efeito sobre a redução de estados de ansiedade e inibição, se bem que com um efeito sintomático de relativa curta duração, provoca pelo seu uso repetido, habituação e dependência física e psíquica a qual, invariavelmente, é acompanhada por um cotejo impressionante de patologias com reflexos graves sobre o indivíduo e a sociedade», explicou.

Apesar dos malefícios do alcoolismo na vida de muitos portugueses, sobretudo dos jovens, Sobral considerou que «as causas e consequências do consumo excessivo de álcool não são uma inevitabilidade e por isso têm de continuar a ser publicamente denunciadas como forma de alterar o clima de permissividade social que vem permitindo que diversos interesses, por mais legítimos que sejam, possam pôr em causa o interesse superior da defesa e promoção da saúde pública».

É neste sentido que foi delineado o Plano Nacional de Acção Contra o Alcoolismo que, «tarde e a más horas», o PSD procura acompanhar e mostrar

preocupação sem contudo apresentar propostas substantivas.

Todavia, o deputado João Sobral fez questão de reiterar a disponibilidade socialista para aprovar o projecto de resolução laranja que, segundo disse, «em nada contraria, em nada acrescenta e, pelo contrário, até reduz as propostas da Comissão Interministerial».

O parlamentar do PS saudou ainda «o apoio do PSD ao Plano de Acção encomendado e aprovado pelo Governo», sublinhando que o importante para o GP/PG «é a rápida regulamentação e a produção das alterações legislativas que consubstanciem a aplicação do plano aprovado, que a generalidade dos portugueses aprova, e que se adopte uma política de fiscalização que responsabilize os seus executores já que a permissividade seria o pior sinal que poderia ser dado».

Relativamente à fiscalização, Sobral apelou à sociedade civil no sentido da autofiscalização.

«É um sinal de cidadania que todos nós junto dos nossos amigos, conhecidos e familiares imponhamos regras de conduta nomeadamente não permitindo a condução sob o efeito do álcool», disse. Quanto à súbita preocupação laranja, o deputado socialista lembrou que «o País aguarda com ansiedade as propostas de reforço orçamental que o PSD entenda propor para o combate ao alcoolismo», assegurando que o PS aprovará «se necessárias, sob pena, certamente, da inconsequência vir a ter tradução numa penalização eleitoral», porque a saúde dos portugueses está em primeiro lugar».

MARY RODRIGUES

PODER LOCAL

Finanças

APROVADAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

A

Assembleia da República aprovou, no dia 3, dois diplomas, um do Governo e outro do PCP, para mudar a Lei das Finanças Locais, dando mais autonomia às autarquias. Os documentos serão discutidos na especialidade.

Ambos os projectos defendem a alteração da lei das Finanças Locais de 1998, mas enquanto o Executivo propõe uma redistribuição dos mesmos fundos, os comunistas querem que o governo dê mais dinheiro às autarquias.

Da discussão na especialidade, assegurada pela Comissão do Poder Local, deve sair uma combinação dos dois diplomas. Em nome



do Governo, o secretário de Estado da Administração Local, José Augusto Carvalho, reconheceu que a lei aprovada pelo Executivo em 1998 «não foi suficientemente justa para pequenos municípios que são muito dependentes» das verbas do Orçamento de Estado.

Por isso, o Governo quer criar o Fundo Base Municipal, cerca de 55 milhões de contos a distribuir em partes iguais pelas 308 câmaras do País. Quinze por cento da verba global a atribuir aos municípios asseguraria este fundo.

A proposta governamental pretende também garantir crescimentos mínimos e máximos, diferenciados por escalões populacionais,

procurando beneficiar municípios mais pequenos.

O Executivo de António Guterres propõe-se assim corrigir as «desigualdades entre autarquias do mesmo grau».

O secretário de Estado não se cansou de enaltecer o esforço do Governo socialista em dar mais meios às autarquias, afirmando que de 1995 para 2000 as receitas municipais cresceram 64 por cento, atingindo mais de mil milhões de contos anuais.

A proposta de lei do Governo foi aprovada com os votos do PSD e PS, as abstenções do PCP, Bloco de Esquerda e Os Verdes e o voto contra do PP. O projecto de Lei do PCP foi aprovado com as abstenções do PS e PP.

COMBATER A MAIOR TOXICODPENDÊNCIA DOS PORTUGUESES



O deputado do PS Filipe Vital afirmou no dia 2, no Parlamento, que «o problema do consumo excessivo de bebidas alcoólicas assume no nosso país uma dimensão alarmante colocando-nos na dianteira da Europa com números que não podemos ignorar», acrescentando que se estima que existam em Portugal cerca de um milhão de bebedores excessivos sendo que cerca de 700 mil serão bebedores dependentes, com todos os malefícios que esta situação implica.

Filipe Vital, que falava durante o debate do projecto de resolução do PSD sobre o «combate ao alcoolismo», disse não ignorar que «o consumo de álcool tem vindo a registar um aumento significativo sobretudo junto dos mais jovens e das mulheres. Temos a noção que são sobretudo estes dois grupos os que por razões de natureza biológica mais põem em risco a sua saúde ao consumirem de forma excessiva bebidas alcoólicas

Por sua vez e paradoxalmente, adiantou, «são estes dois grupos -que tradicionalmente apresentavam valores de consumos mais baixos - os que estão mais vulneráveis a um aliciamento por parte de empresários que tudo fazem para conquistar esta importante fatia de mercado».

«Assumimos que o álcool é hoje, o que provavelmente sempre foi, a maior



toxicodpendência dos portugueses. Estamos perante um gravíssimo problema de saúde pública que não pode ser escamoteado», disse.

O deputado do PS salientou que «o fenómeno do alcoolismo no nosso país não é novo, é um fenómeno resultante de múltiplos factores socioculturais que concorreram para que sejamos desde há muito um dos maiores consumidores de álcool do Mundo».

«Não esqueçamos que ainda nos nossos dias é muitas vezes citado o velho aforismo (salazarista) de que "beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses",

adiantou.

Segundo o deputado do PS, «recentemente a situação agravou-se com a introdução no mercado de novas bebidas intencionalmente desenhadas para disfarçar o seu teor alcoólico, conhecidas por alcoopops, e que mercê do seu sabor adocicado foram rapidamente acolhidas pelos jovens adolescentes».

«Não ignoramos que o aumento verificado também se deve a um cada vez mais agressivo marketing comercial que transmite a imagem de que o consumo de álcool provoca bem estar e felicidade. Esta falsa noção que é apresentada, induzindo em erro sobretudo os adolescentes, tem de ser desmistificada», disse.

Plano aprovado pelo Governo

«Não podemos tolerar que um adolescente se possa embriagar num estabelecimento comercial perto da sua escola. Não podemos tolerar que, com base em avultados patrocínios, continuemos a ver festas de jovens onde os comas etílicos são a regra», sustentou, acrescentando não se poder tolerar que «centenas de jovens se encontrem diminuídos fisicamente porque naquela noite beberam demais e o carro estava já ali».

Para que estas mudanças ocorram, o deputado do PS afirmou que o Governo deve, de forma empenhada e eficaz, pôr em prática com a maior brevidade possível

o Plano de Acção Contra o Alcoolismo, aprovado em Conselho de Ministros.

Segundo salientou, o PS e o Governo defendem, através do referido plano uma estratégia que assenta em três pilares fundamentais: «o primeiro na área da promoção e educação para a saúde, o segundo na área clínica e da investigação e o terceiro na área da legislação e fiscalização».

Para Filipe Vital, assistiu-se neste debate, apesar de algumas divergências próprias da luta partidária, ao reconhecimento da importância do plano aprovado pelo Governo.

«Dizer que nada se fez no dia em que este documento foi aprovado não pode deixar de merecer a nossa estranheza. Para que qualquer acção possa ser desenvolvida é necessário que esteja enquadrada numa estratégia global que aponte um caminho determinado», frisou, adiantando que «não é com medidas avulsas que resolveremos este drama social, quando muito poderemos apagar alguns fogos localizados».

Apesar das «lacunas e insuficiências», Filipe Vital considerou que as propostas do PSD são, na sua génese, válidas até porque se apoiam em Convenções Internacionais subscritas pelo Estado português.

Por isso, e não obstante acabarem diluídas no plano de acção contra o alcoolismo aprovado pelo Governo, «não podemos deixar de as viabilizar», disse.

J. C. CASTELO BRANCO

MAIS SOLIDARIEDADE NACIONAL

As Terras de Basto precisam de «solidariedade e apoio a nível nacional». Foi este o apelo lançado, no passado dia 2, na Assembleia da República, pelo deputado socialista Miguel Teixeira.

O parlamentar do PS considerou como razões dos estrangulamentos desta região, «as acessibilidades, a incapacidade de fixar quadros superiores, a falta de ordenamento florestal, o reduzido espírito associativo, a desertificação da população e o elevado índice de envelhecimento», pelo que não perdeu a oportunidade de apresentar um «modelo de desenvolvimento que eu pensava para as Terras de Basto».

Da intervenção de Miguel Teixeira destaca-se a preocupação na valorização dos produtos locais e pelo melhor aproveitamento da riqueza turística e florestal da região de Basto, por forma a travar a desertificação daquelas terras. Ao referir a necessidade de dinamizar os pequenos proprietários no sentido de

acelerar a transformação da agricultura tradicional em agricultura modernizada, o parlamentar socialista frisou que «um dos produtos locais que necessita de ser promovido a nível nacional é o vinho verde de Basto, de cuja venda resulta uma das grandes defesas dos agricultores da minha zona».

«Este extraordinário produto continua a ser trabalhado pelo mesmo povo que herdou a vivacidade, a robustez e a agilidade do transmontano, e a paciência, a tenacidade e a persistência do minhoto, tendo por isso resistido ao longo de décadas, não só às intempéries que lhe dão em anos a escassez deste maravilhoso néctar, mas ainda a situações menos claras de inundação desta zona por vinhos doutas regiões, quando noutros anos, há relativa abundância», declarou.

Para Miguel Teixeira, a carne é outro dos produtos locais que necessita de ser valorizados.

«As carnes de raça Maronesa e Barrosã,

bem como o mel das Terras Altas do Minho, com uma história de quase oito séculos, produzido numa área geográfica constante do despacho 31/94 de 17/1, e que abrange todos os concelhos das Terras de Basto, constituem produtos de inegável qualidade que necessitam de uma maior valorização», disse.

Segundo o deputado do GP/PS fez ainda referência ao sector do turismo como sendo «outro campo em que muito se pode fazer por esta região depois de resolvidos os problemas infra-estruturais».

«É necessária uma Comissão Regional de Turismo que defenda as raras belezas com que a natureza brindou Basto, que defenda os traços, o folclore, a arquitectura dos monumentos e das igrejas, os românticos solares e a gastronomia com o famoso Vinho Verde de Basto», reiterou, lançando de seguida o desafio aos autarcas «mais responsáveis dos quatro municípios de Basto» para «se entenderem entre si na fundação de uma

verdadeira Comissão Regional de Turismo, que defenda os interesses das Terras de Basto».

Quanto ao campo agro-silvícola, o parlamentar do PS alertou para o excessivo parcelamento de que sofre a floresta de Basto.

«É necessário mais associativismo e gestão activa e integrada da floresta», afirmou Miguel Teixeira, defendendo ainda que seja gerida «para e com a comunidade, no respeito dos direitos de propriedade e interesses de todos os cidadãos, incluindo os vindouros».

Neste contexto e segundo o deputado socialista, «torna-se necessário avançar rapidamente na criação de um processo de melhoria contínua, no sistema de prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais», bem como «utilizar espécies de uso industrial e espécies produtoras de madeira de qualidade na arborização de áreas agrícolas abandonadas».

MARY RODRIGUES

MÁRIO SOARES DEFENDE RESPEITO PELAS ESPECIFICIDADES DOS POVOS

O ex-Presidente português Mário Soares defendeu em Rabat (Marrocos) a necessidade de se tomarem em consideração as especificidades das diferentes culturas, religiões, tradições e condições socioeconómicas dos povos na aplicação dos direitos humanos.

Esta atitude de oposição à «universalidade da aplicação» dos direitos do Homem foi feita por Mário Soares no decorrer de uma conferência internacional sobre direitos humanos no Mediterrâneo que decorreu em Rabat.

No seu discurso, o ex-secretário-geral do PS explicou que «numa população que sofre de fome e de ignorância, a aplicação da teoria dos direitos do Homem da mesma forma que em países desenvolvidos, é injusta».

É preciso, primeiro, «preparar» as condições socioeconómicas nos países mais pobres, acrescentou.



«A pobreza é um dos problemas mais graves do nosso tempo» que explica o fluxo migratório proveniente da África Ocidental, sublinhou Mário Soares, apelando também

para o «estabelecimento de novas regras na ajuda da União Europeia aos países do Magreb».

Efeitos perversos da globalização

Soares sugeriu que essa ajuda fosse baseada «na cooperação e entreajuda» em lugar da caridade, lembrando o modelo de cooperação utilizado nos países europeus, como Portugal, nos primeiros anos de adesão à União Europeia.

Por outro lado, insistiu nos efeitos materiais e culturais negativos do desenvolvimento actual da mundialização sobre os Direitos do Homem.

Tal resulta da globalização, acrescentou, explicando que o aumento da riqueza nas mãos das grandes empresas faz com que a pobreza aumente tanto nos países ricos como nos pobres, levando, por consequência à privação, por parte das populações, dos direitos socioeconómicos.

Esta conferência, intitulada «Direitos do Homem, Identidades Culturais e Coesão Social na Região do Mediterrâneo», foi

organizada pelo ministro marroquino dos Direitos do Homem, pelo Conselho da Europa e pelo Centro Norte-Sul no âmbito do processo Barcelona.

A conferência teve como objectivos a revisão das parcerias na região mediterrânea à luz de uma política de imigração que respeite os direitos do Homem, o direito ao desenvolvimento, assim como a cooperação efectiva entre os países da região.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro marroquino, Abderrahman Youssoufi, convidou os representantes europeus a aprovarem a convenção internacional sobre a protecção dos trabalhadores emigrados e das suas famílias.

O responsável marroquino apelou também para a aplicação dos princípios da declaração de Barcelona e das cláusulas dos acordos de parceria relativos aos sectores social, cultural e humano, sublinhando que «a conquista de uma zona de livre troca não se pode realizar sem uma parceria multidimensional que tenha por objectivo a promoção do desenvolvimento dos recursos humanos no sul do Mediterrâneo».

MAIOR EMPENHAMENTO DA UE NA LUTA CONTRA AS MINAS ANTIPESSOAL

A eurodeputada socialista Maria Carrilho defendeu, numa intervenção na sessão plenária de Estrasburgo do Parlamento Europeu, que a União Europeia (UE) deve ter um maior empenhamento nas acções de luta contra as minas terrestres antipessoal, nomeadamente no que respeita à sua capacidade de pressão internacional sobre os membros da NATO e do Conselho de Segurança da ONU que ainda não aderiram à Convenção de Otava. Maria Carrilho, que falava durante uma discussão sobre a erradicação das minas antipessoal (a arma dos cobardes como é agora conhecida), apelou a que «o esforço europeu se torne mais efectivo, mesmo através do aumento de verbas, tendo em conta vários objectivos afins: desminagem segura; destruição controlada de "stocks"; e ulterior desenvolvimento de tecnologias para detecção e desminagem».

Revisão da PAC para os Açores

O eurodeputado socialista Paulo Casaca apelou, em Estrasburgo, à Comissão Europeia para que proponha rapidamente novas adaptações às regras da PAC na sua aplicação aos Açores. Paulo Casaca, que intervinha durante um debate sobre as regiões ultraperiféricas da

UE, disse que «o Tratado da União estipula expressamente que a dependência económica em relação a um número pequeno de produtos é uma das condicionantes perante a qual as instituições europeias são chamadas a adoptar medidas específicas para a aplicação das políticas comuns».

Relatório das regiões ultraperiféricas

O Parlamento Europeu aprovou no dia 25 de Outubro, por esmagadora maioria, o relatório da Comissão Parlamentar de Política Regional, sobre a aplicação do Tratado às regiões ultraperiféricas da União.

A aprovação deste relatório traduz assim o apoio do PE às posições defendidas pelas autoridades portuguesas e regionais dos Açores e é ainda um avanço no processo negocial em curso para a região açoriana. Deste modo, segundo sublinhou o eurodeputado socialista Paulo Casaca, «espera-se agora que a Comissão Europeia, à luz do Tratado e da posição do PE, proponha rapidamente as necessárias adaptações da PAC na sua aplicação à região dos Açores».

J. C. CASTELO BRANCO

CPLP CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA COMBATE À SIDA

A criação de um grupo de trabalho de combate à sida foi a principal decisão da reunião, concluída no dia 3 em Lisboa, dos coordenadores de programas nacionais de luta contra a doença da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A criação de um banco de dados que actue como centro de informações, a coordenação da produção e a adequação de material de combate à doença foram outras propostas apresentadas à CPLP pelos coordenadores dos programas nacionais de sida dos «sete», reunidos durante dois dias na sede da instituição, em Lisboa.

«O grupo técnico de trabalho multilateral terá como função a estruturação do projecto de combate à sida e a organização do banco de dados da CPLP sobre a doença», segundo o comunicado da reunião, na qual se decidiu que deve ser a CPLP a articular as acções no âmbito dos países e actuar junto dos organismos internacionais e agências de cooperação na busca de recursos para

projectos conjuntos de combate à sida. A secretária-executiva da CPLP, a brasileira Dulce Pereira, realçou a participação na reunião de um representante da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Halim Girad, e o acordo assinado por ela com a UNESCO (Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura) esta semana em Paris que prevê a utilização de satélites para programas de educação à distância entre os países de língua portuguesa. Dulce Pereira afirmou que «a CPLP vai envidar todos os esforços para que a instituição obtenha resultados positivos e concretos na busca de cooperação e apoio financeiro junto de organismos internacionais e, no mais curto prazo possível, deverá definir uma agenda e programa de acções de apoio aos países membros no combate à sida».

No primeiro dia de Dezembro a CPLP deverá lançar uma campanha simultânea em todos os países membros de sensibilização da sociedade para a gravidade do problema da sida.

SAMPAIO QUER MAIS APOIOS PARA ESCOLAS

O Presidente da República defendeu, no dia 6, a necessidade das escolas receberem mais apoios dado o importante papel que desempenham na integração de crianças em risco.

Jorge Sampaio, que falava aos jornalistas no final de uma visita que efectuou à escola básica 2,3 de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, sublinhou que «é nas escolas que se consegue fazer um grande esforço para integrar as crianças».

«Se a família falha, a escola precisa de ser ajudada para poder responder», acrescentou ainda o chefe de Estado.

A escola que Jorge Sampaio visitou segunda-feira está integrada no «Território Educativo de Intervenção Prioritária» (TEIP), por se encontrar localizada numa «zona de risco».

Além disso, a maior parte dos 800 alunos da EB 2,3 de Vialonga são «crianças em risco» que vêm de famílias onde os casos de alcoolismo, toxicodependência e prostituição estão muitas vezes presentes. Contudo, conforme a presidente do conselho executivo da escola, Armandina Soares, fez questão de sublinhar, «apesar da escola estar numa zona de risco» não é considerada por professores e alunos «uma escola de risco».



«As crianças aqui estão integradas e, para o quadro familiar que têm, são excelentes», acrescentou a responsável. Para o sucesso desta integração muito tem contribuído a forma como a própria

escola está organizada, com três turmas de Currículos Alternativos, do quinto, sexto e sétimo anos que, apesar de se encontrarem dentro da escolaridade obrigatória, têm programas e disciplinas

especiais, como o Ambiente e o Homem, Viver e Conviver e Ciências Sociais.

Os alunos destas três turmas são crianças que estavam em risco de abandonar a escola por se sentirem desmotivados face ao sistema de aulas habitual.

Além dos Currículos Alternativos, a funcionar pelo segundo ano consecutivo, existem ainda na escola de Vialonga cursos profissionalizantes de Pré Impressão, Marcenaria e Metal-Mecânica.

Estes cursos visam não só evitar o abandono da escola antes da conclusão da escolaridade mínima obrigatória, mas também oferecem aos alunos a possibilidade de obterem um certificado profissional e estagiarem numa empresa. Apesar do sucesso alcançado, Armandina Soares alertou diversas vezes para a necessidade de «haver um reforço em meios humanos» na escola e para o facto de as próprias instituições a que a escola tem de recorrer não conseguirem responder de forma eficaz e adequada às solicitações.

«Se queremos uma resposta mais profunda, não podemos ficar pela escola, cada vez temos de trabalhar mais de forma coordenada e horizontalmente», concluiu por sua vez o Presidente da República.

QUATRO FESTIVAIS DE JAZZ INTEGRADOS NA PROGRAMAÇÃO

Os preparativos do Porto 2001, nas suas múltiplas vertentes, prosseguem. O programa vai ganhando forma.

A Cidade Invicta vai ser uma festa em 2001, tendo sempre a cultura como pano de fundo. A diversidade da oferta cultural vai ser uma das suas imagens de marca.

Os festivais de jazz do Porto, Matosinhos, Guimarães e Serralves vão integrar a programação do Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, ao abrigo de protocolos assinados no dia 3 de Novembro.

Os protocolos estabelecidos entre a Porto 2001, SA, Culturporto, Fundação de Serralves e câmaras de Guimarães e Matosinhos prevêem também a realização do programa «Jazz 2001», que inclui espectáculos e outras iniciativas que farão «pontes» entre os quatro festivais.

O programa inclui quatro grandes



concertos, todos no Coliseu do Porto, que têm como principal objectivo apresentar músicos de inegável qualidade, que vão desenvolver projectos preparados para o efeito.

O primeiro concerto está marcado para 3 de Março, com o Quinteto de Wayne Shorter e a orquestra Nacional do Porto, seguindo-se a 31 do mesmo mês a Umo Jazz Orchestra.

Em 29 de Junho, será a vez de «um encontro inevitável» entre Maria João e o Joe Zawinul Group, estando ainda por anunciar o concerto final, previsto para 7 de Outubro.

Oito concertos (seis dos quais duplos) vão constituir a vertente de jazz europeu do programa, que prevê ainda vários espectáculos de músicos portugueses, concertos ao ar livre, uma homenagem a Louis Armstrong (em 18 de Agosto) e um concerto final com a Orquestra de Jazz de Matosinhos (em 24 de Novembro).

CONSULADO VIRTUAL

A criação de um consulado virtual e a eleição do Conselho das Comunidades foram alguns assuntos abordados segunda-feira, dia 6, por José Lello durante uma entrevista à RDP Internacional, no âmbito da proposta de Orçamento de Estado para 2001.

Em declarações àquela estação radiofónica, no programa «Especial Comunidades», o secretário de Estado considera que a proposta de Orçamento de Estado para 2001, «corporiza a política global do Governo em relação ao País».

Será feita, segundo Lello, uma «grande aposta» na formação dos funcionários consulares, isto tendo em conta já a ligação em rede dos consulados e a introdução de novos equipamentos a pensar na emissão de um novo modelo de passaporte, a partir do próximo ano.

É ainda neste âmbito da informatização consular que o secretário de Estado das Comunidades está a preparar, «no decurso do próximo ano, o mais próximo possível, a criação de um consulado virtual que vai permitir atender via Internet assuntos que não requerem a presença dos utentes».

Uma medida que só é possível, segundo José Lello, com a certificação da assinatura digital e que vai retirar utentes aos consulados, acrescentando: «Melhor do que ter consulados é eliminar a indispensabilidade das pessoas irem aos consulados».

Lello explicou que a modernização consular de um modo geral vai sofrer um



aumento de 40 por cento relativamente à proposta de Orçamento de 2000.

Adiantou tratar-se de uma modernização que no todo do ministério dos Negócios Estrangeiros, contempla, no que se refere ao recém adquirido edifício do Consulado de Portugal em Estrasburgo, a realização de «grandes investimentos no próximo ano para que esse consulado emblemático em França poder ele dali coordenar uma grande área consular que agregará outros». Numa outra área que regista aumento de verbas, as acções a favor das comunidades, está previsto, segundo José Lello, um reforço das acções de apoio à

cultura emergente.

«Nós sentimos que os recursos são sempre escassos e estamos a estudar a hipótese de alterar o sistema vigente do apoio ao associativismo», afirmou o secretário de Estado das Comunidades.

«Apesar de existir uma portaria que define os critérios de atribuição dos subsídios, está-se a trabalhar na hipótese de criar uma matriz diferente, ou seja, criar todos os anos um conjunto de programas direccionados para algumas áreas de reforço e de apoio a certas áreas do associativismo e das organizações não governamentais», frisou à RDP.

Uma outra área, a do Conselho das Comunidades, será beneficiada este ano com 50 mil contos.

Explicou tratar-se de um acréscimo de verbas relativamente ao ano passado que «não contempla a canalização de mais dinheiro para os conselhos regionais, percentagens que aliás foram definidas pelo próprio conselho, mas tão somente o processo eleitoral para a criação de um novo Conselho Mundial das Comunidades».

Sobre esta matéria o secretário de Estado afirmou que neste momento está em curso «a apresentação de uma alteração legislativa para alterar alguns pormenores». As alterações vão contemplar, segundo José Lello, a votação feita com base no âmbito dos conselhos regionais.

De acordo com o secretário de Estado, se não for assim é um «factor de inibição e de confusão e para a votação devem existir regras transparentes, claras e intuitivas».

Por outro lado, e, com base no levantamento feito junto dos conselheiros do Conselho Permanente, deverá, segundo José Lello, resultar de uma eleição feita no âmbito dos conselhos regionais.

Acrescentou que os conselhos regionais e as secções locais estão a «funcionar plenamente», apontando os exemplos do Conselho Regional de

Quanto ao ASIC, cujas verbas estão inscritas no orçamento do Ministério do Trabalho, o secretário de Estado das Comunidades disse que não haverá aumento de verbas, mantendo-se o programa com 500 mil contos.

PREVENIR ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

A Secretaria de Estado da Defesa do Consumidor definiu como prioridade para 2001 prevenir o endividamento das famílias portuguesas, estando reservados 100 mil contos do Orçamento de Estado para este fim.

A verba será afectada ao Observatório Permanente do Endividamento e aplicada em estudos e na criação de gabinetes de apoio às famílias sobreendividadadas.

Explicando esta aposta, o secretário de Estado, Acácio Barreiros, declarou à Imprensa, no dia 5, que a crescente utilização do crédito ao consumo pelos portugueses e a experiência de outros países da União Europeia tornam necessário intervir para evitar que o endividamento assuma proporções assustadoras.

O observatório foi criado precisamente pela «necessidade de uma abordagem mais profunda do problema e de um levantamento das suas repercussões nas

famílias».

No âmbito da prevenção dos consumidores, Acácio Barreiros disse que está em preparação legislação que visa tornar mais transparentes as responsabilidades das partes em qualquer contrato de crédito.

As entidades financiadoras de crédito passarão a ser obrigadas a revelar determinadas informações. Por isso, haverá um modelo de contrato que passará a ser obrigatório em todos os financiamentos de crédito.

Outro dos aspectos que está a ser revisto tem a ver com o período de reflexão após a assinatura de um contrato, que é de sete dias.

Actualmente esse período de reflexão não é obrigatório para créditos de montante inferior a 3500 contos.

Acácio Barreiros considera essencial a obrigatoriedade de um período de reflexão de sete dias para qualquer tipo de contrato a crédito, já que, defende, os consumidores devem ter direito a repensar o contrato

assinado, sem encargos adicionais.

Outra medida preventiva diz respeito à criação de planos de pagamento, que têm de figurar obrigatoriamente em qualquer contrato a crédito.

«Em geral os planos de pagamento hoje em dia não são apresentados pelas entidades de crédito. Um plano que defina claramente as formas de pagamento é um elemento essencial de reflexão para o consumidor», esclarece Acácio Barreiros.

Ainda ao nível da prevenção ao crédito ao consumo, está em criação, em parceria com o Banco de Portugal, um «Banco de Risco», que pretende fornecer às instituições bancárias informações úteis para a realização de novos contratos.

O secretário de Estado da Defesa do Consumidor sustentou que esta «base de dados de risco é essencial para que os bancos conheçam o potencial cliente e saibam de eventuais incidentes anteriores com outras instituições financeiras».

Em relação às famílias em situação difícil

de endividamento, Acácio Barreiros garantiu que estão a ser implementadas medidas para criar mecanismos de aconselhamento. Exemplo disso é a hipótese de renegociação dos créditos, medida que segundo o próprio titular do Consumo tem levantado alguma polémica.

Para descansar quem suspeita destas medidas, Acácio Barreiros defende que a renegociação dos créditos não irá criar um clima de desresponsabilização das dívidas contraídas.

«Quem contraiu dívidas fê-lo livremente, por isso tem de responder por elas», reiterou Acácio Barreiros, acrescentando que a única novidade legislativa nesta matéria é dar às famílias capacidade de iniciativa de encontrar uma solução para o pagamento, «seja por via judicial ou extrajudicial».

«Reunir os credores e encontrar um plano de pagamento de dívidas é um passo que poucos dos portugueses endividados dão. A nossa proposta é um incentivo para que esse passo seja dado», defendeu.



Albufeira

Criação de um pulmão verde

A Câmara Municipal de Albufeira quer criar um pulmão verde na cidade, uma vez que esta ainda não possui qualquer espaço verde que, pela sua dimensão e características, possa ser considerado como espaço lúdico equipado.



Assim, na zona de Vale Mangude vai ser criado um jardim que vai chegar até junto da praia do Inatel, com espaço de estacionamento.

Esta acção será concretizada após a remodelação da ETAR de Vale Faro, obra que já se encontra em execução.

Mais obras

A Câmara Municipal de Albufeira, no âmbito da sua política de infra-estruturas, deliberou adjudicar as seguintes empreitadas: arrelvamento do Estádio da Nora, arranjo da Quinta da Palmeira, conclusão da Praceta das Flores e repavimentação de três artérias do concelho.

O custo das obras rondará os 35 mil contos.

Amadora

Jovens de bairros degradados fazem televisão, teatro e publicidade

Cerca de 500 jovens oriundos de bairros degradados do concelho da Amadora assistiram no dia 28 de Outubro à apresentação do Programa Audiovisual, criado pelo Gabinete de Minorias Étnicas da autarquia para ocupar os tempos livres dos mais desfavorecidos.

O Cineteatro D. João V, na Damaia, foi palco da apresentação de uma série de trabalhos audiovisuais realizados no último Verão por vários jovens dos cinco aos 18 anos, que criaram «spots» publicitários, um noticiário de televisão, peças de teatro e várias coreografias de dança e capoeira.

«Precisamos muito de apoios para reunir as crianças pois, se não forem estas actividades do Gabinete de Minorias Étnicas, nunca saem do meio onde vivem,

já que nem eles nem os pais gozam férias», disse o presidente da Associação Espaço Jovem, do Bairro Santa Filomena. Acrescentou que é preciso todos os anos ocupar os tempos livres destes jovens para evitar que «se metam em maus caminhos» e tenham algum tipo de formação fora do contexto da escola.



A continuidade de apoio e de iniciativas que tirem, por algum tempo, os jovens dos bairros degradados foi assegurada por Carlos Silva, vereador da autarquia da Amadora com o pelouro do Gabinete de Minorias Étnicas, que esteve presente na apresentação do projecto.

Este responsável espera, para o ano, mais participação e mais criatividade já que os jovens poderão contar com as instalações do futuro edifício Fórum das Comunidades para realizarem várias actividades culturais.

Amarante

Câmara entrega mais 48 fogos de habitação social

O presidente da Câmara Municipal de Amarante, Armindo Abreu, entregou, recentemente, as chaves de 48 habitações sociais, numa cerimónia realizada no salão nobre dos Paços do Concelho.



A autarquia adquiriu no edifício de S. Lázaro, no âmbito do seu programa de habitação social, 48 fogos a custos controlados, destinados a alojar famílias carenciadas com rendas apoiadas.

O investimento realizado ascende a 475 mil contos, 193 mil dos quais financiados pelo Instituto Nacional de Habitação.

Loulé

Câmara investe em saneamento básico

O município de Loulé vai investir cerca de 86 mil contos em obras de saneamento básico na Freguesia de São Clemente.



Trata-se da execução da empreitada de abastecimento de água e da rede de esgotos nos lugares da Farfá e Paixanito, cujo concurso público vai ser aberto em breve.

Com estas intervenções, a autarquia visa suprir as necessidades das populações do concelho em infra-estruturas básicas.

Montijo

Câmara apoia estudo do património

Proceder ao estudo do património arqueológico e náutico-piscatório do concelho do Montijo é o objectivo de dois protocolos que a autarquia local celebrou com o Museu Nacional de Arqueologia. A iniciativa, classificada como pioneira pelos responsáveis do museu, surge na sequência de acordos da edilidade com outras entidades, nomeadamente para a investigação do património natural, rural, artístico e industrial do município.

Ovar

Arranjo urbanístico na Freguesia de Arrada

A Câmara Municipal de Ovar procedeu no passado dia 30 de Outubro à consignação e arranque da obra do arranjo urbanístico da envolvente à capela da Nossa Senhora do Desterro na Freguesia de Arrada.

A obra está orçada em cerca de 65 mil contos. Para o presidente da Câmara de Ovar, Armando França, «esta obra vai embelezar o centro de Arrada e um importante lugar de culto, marcando uma viragem urbanística decisiva na Freguesia de Arrada».

Santo Tirso

Contrato-programa com o Clube Desportivo das Aves

A Câmara Municipal de Santo Tirso assinou com o Clube Desportivo das Aves um

contrato-programa de desenvolvimento desportivo.

Trata-se de um contrato relativo à comparticipação por parte da autarquia das obras de remodelação das instalações desportivas do Clube Desportivo das Aves, nomeadamente a construção dos novos balneários, a instalação de iluminação no estádio e a criação de um espaço para a Comunicação Social.

Em contrapartida, o clube compromete-se, quando solicitado pela edilidade e sem prejuízo para as suas actividades desportivas profissionais, a assegurar as condições de utilização da pista de atletismo e do campo de jogos para iniciativas camarárias no âmbito do desporto escolar e associativo.

Sintra

Exposintra 2000 marcada pelo sucesso

A 7ª edição da Exposintra – Feira das Actividades Económicas do Concelho de Sintra, que decorreu no complexo industrial da Antiga Fábrica da Messa, em Mem-Martins, registou, mais uma vez, uma grande afluência do Público.



Considerando a importância de que se reveste esta mostra anual e atendendo ao papel relevante que o município representa no desenvolvimento das actividades económicas do concelho, a presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, efectuou uma visita de trabalho ao certame.

Torres Vedras

Projecto «Rede Jovem Cidadão»

O sector da juventude da Câmara Municipal de Torres Vedras promove o projecto «Rede Jovem Cidadão».

Trata-se de uma acção que tem como objectivo central estimular os jovens para a participação cívica e a construção europeia.

É uma iniciativa de largo alcance educativo, numa altura em que se assiste a uma crise de participação da juventude na vida associativa, cultural e política.

PS EM MOVIMENTO

BENELUX

Paulo Pisco reeleito

O camarada Paulo Pisco foi reeleito no passado domingo por maioria no cargo de presidente da Federação do PS/Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

Paulo Pisco, deputado do PS pelo círculo da Emigração da Europa e cabeça-de-lista da lista A obteve 65,3 por cento dos votos, enquanto a camarada Maria Hlena André, líder da lista B, recolheu 31,6 por cento dos votos. Esta votação foi resultado do apuramento das cinco secções que compõem a Federação do PS/Benelux: Amsterdão, Bruxelas, Haia, Luxemburgo e Roterdão. O Congresso da Federação do PS/Benelux, que se realizará no dia 19 de Novembro, em Roterdão, contará com a presença de 60 delegados.

Durante o Congresso serão debatidas as moções de Paulo Pisco, «Mais eficácia, maior prestígio», e de Maria Helena André, «Mobilizar, dinamizar e participar – por um PS forte no Benelux».



ÉVORA

Federação denuncia santa aliança

A Federação do PS/Évora, num comunicado emitido no dia 6, alerta que o Orçamento de Estado de 2001 uniu de novo os comunistas e a direita, numa santa aliança.

Assim, a Federação do PS/Évora «gostaria de conhecer as razões objectivas, concretas e palpáveis que levam os dirigentes e autarcas comunistas do Alentejo a apoiar a posição nacional do PCP de, mais uma vez, juntar os seus votos à direita, agora na tentativa de inviabilizar este Orçamento de provocar eleições antecipadas».

LISBOA

PS critica líderes da direita

O dirigente do PS José Junqueiro afirmou no dia 3 que Paulo Portas e Durão Barroso deverão agradecer em Fátima, junto a Nossa Senhora dos Aflitos, se alguém da oposição viabilizar o Orçamento de Estado de 2001. Falando em nome da Comissão Permanente do PS – e depois de negar que algum membro do Governo tenha tentado aliciar o presidente da Câmara de Ponte de Lima e deputado do CDS-PP, Daniel Campelo, para viabilizar o Orçamento de 2001 –, Junqueiro usou a ironia para se referir aos líderes laranja e popular.

«Se este Orçamento de Estado for aprovado, Durão Barroso e Paulo Portas estarão certamente em Fátima a pôr uma vela junto à imagem da Nossa Senhora dos Aflitos, porque um e outro, verdadeiramente, estão com medo de eleições legislativas antecipadas», denunciou o presidente do PS/Viseu. José Junqueiro fez também alusões a factos ocorridos no passado recente e que, na sua perspectiva, provam que os líderes do PSD e do CDS-PP cairam agora em contradição.

«É conveniente que o dr. Portas se lembre da forma como viabilizou o Orçamento do ano passado e que falou com pessoas do PS, nomeadamente comigo. É bom que se lembre se nessa altura estava a demonstrar sentido de Estado ou espírito leiloeiro», advertiu o membro da Comissão Permanente do Partido Socialista.

Em relação ao presidente do PSD, José Junqueiro recordou que esteve envolvido pessoalmente «em estratégias de assédio à personalidade de autarcas do CDS-PP». Ainda com o objectivo de contrariar as acusações feitas por Paulo Portas ao primeiro-ministro, acusando-o de tentar aliciar o autarca do CDS-PP Daniel Campelo, o presidente do PS/Viseu deixou o seguinte conselho: «Paulo Portas ouviu o seu autarca dizer que tinha sido sua a iniciativa de negociar com o Governo. O dr. Portas não pode fazer-se de surdo e de cego.»



MAFAMUDE

Agostinho Santos reeleito

O camarada Agostinho Santos, actual secretário-coordenador do PS de Mafamude, foi reeleito no passado sábado, por cerca de 65 por cento dos militantes desta Secção. Ao acto eleitoral, bastante participado, concorreram duas listas: a A, encabeçada por Agostinho Santos, que obteve 103 votos, e a lista B, que tinha como cabeça-de-lista o camarada Belmiro Alves.

Também em Mafamude e para as eleições da Concelhia, a vitória coube à lista A, liderada pelo camarada Barbosa Ribeiro, que nesta Secção recolheu cerca de 70 por cento dos votos do eleitorado dos socialistas de Mafamude.

Par o camarada Agostinho Santos, a vitória para o Secretariado da Secção de Barbosa Ribeiro para a Concelhia «são a prova de que os socialistas de Mafamude estão atentos ao trabalho que temos vindo a realizar ao longo dos tempos».

PORTO

Narciso quer candidatos no Porto 2001

O PS/Porto, através do seu líder, manifestou o desejo de ver Jorge Sampaio na inauguração do Porto 2001 e vai apelar aos restantes candidatos presidenciais para que também estejam presentes na Cidade Invicta a 13 de Janeiro, um dia antes da eleição do Presidente da República.

«Não nos passa pela cabeça que o Presidente da República não participe na inauguração do Porto 2001», disse no dia 5 o camarada Narciso Miranda, no final de uma reunião do Secretariado distrital.

Narciso Miranda disse ainda lamentar que «o candidato da direita, por estratégia partidária, tenha criado um problema onde ele não existe».

OE 2001

PS não cede em salários da função pública e investimentos do Estado

O PS diz que será inflexível perante a oposição nas previsões relacionadas com a massa salarial da Função Pública e ao nível dos investimentos do Estado durante o debate do Orçamento de Estado para 2001.

Confrontados com as propostas da oposição susceptíveis de desvirtuar o OE, os principais dirigentes da bancada socialista foram unânimes em eleger as áreas da função pública e dos investimentos do Estado para o próximo ano.

Os socialistas estabeleceram três linhas de orientação fundamentais: não aceitar mexidas na projectada redução dos impostos sobre o trabalho, nem ao nível dos factores de competitividade das empresas, nem nos planos de combate à fraude e à evasão fiscal. Defendendo o referencial do Governo de 5,5 por cento para o aumento da massa salarial da Administração Pública em 2001, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS Manuel dos Santos sustentou que, «para a definição da política de vencimentos tem de ser tomado em linha de conta não apenas critérios como a inflação e a produtividade, mas também o desagravamento fiscal em sede de IRS».

«Nas negociações para 2001, importa definir o aumento real do rendimento disponível dos funcionários públicos», referiu Manuel dos Santos, lembrando que «as regras de equilíbrio do OE e de consolidação da despesa – aos quais acrescem os compromissos no quadro do Pacto de Estabilidade – não são compatíveis com a subida exagerada dos salários da Administração Pública».

«O tecto de 5,5 por cento do aumento da massa salarial da Função Pública não pode ser ultrapassado», concluiu.

Guterres em Moçambique no Conselho da IS

O camarada António Guterres vai estar em Moçambique, nos dias 10 e 11, para participar na reunião do Conselho da Internacional Socialista (IS), em Maputo, que debaterá o desenvolvimento em África.

Outros temas da reunião do órgão máximo da IS entre congressos são as quatro campanhas lançadas na reunião de Bruxelas da organização: a violência contra as mulheres, a abolição da pena de morte, o cancelamento da dívida aos países mais pobres e o combate à pobreza.

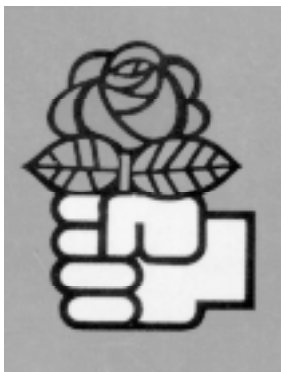
Na sua qualidade de Presidente da IS, o camarada António Guterres deverá fazer uma intervenção na abertura dos trabalhos e participar na conferência de imprensa final, ao lado do líder da Frelimo, o partido anfitrião, e do secretário-geral da IS, Luís Ayala.

Entre outras presenças já confirmadas para a reunião estão o do antigo primeiro-ministro de Espanha Felipe González e a do líder do PS francês, Lionel Jospin, além de outros dirigentes de muitos dos 155 partidos dos cinco continentes que actualmente integram a IS.

No Congresso da IS realizado em Paris em Novembro de 1999, Joaquim Chissano foi eleito para uma das vice-presidências da organização por sugestão de Guterres.

UMA VERDADEIRA SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA

Os sociais-democratas europeus têm razões para estar satisfeitos: hoje a Internacional Socialista (IS) congrega 130 partidos em todos os continentes e 11 dos 15 Estados membros da União Europeia são governados por Executivos socialistas ou sociais-democratas. Paradoxalmente, as razões para celebrar são bastante magras: a globalização da economia mundial, seguindo linhas neoliberais, ameaça agora todos os aspectos da nossa vida quotidiana. Os ideólogos neoliberais proclamam que esta tendência oferece «uma oportunidade para a maioria». Na verdade, esta globalização neoliberal beneficia apenas alguns indivíduos privilegiados, enquanto empobrece as classes médias e piora as condições de vida dos mais pobres. Privatização e flexibilidade são palavras-chave no léxico dos doutrinários do neoliberalismo. Na verdade, o que estas palavras implicam é o dismantelar progressivo do Estado-providência e dos nossos serviços públicos em todos os países. A privatização das nossas sociedades implica custos cada vez maiores e serviços de saúde, educação e transportes cada vez menos eficazes. Vivemos supostamente num mundo global, mas as mais importantes decisões económicas e monetárias escapam ao controlo democrático. As empresas multinacionais estão agora em condições de ditar aos Governos a sua política económica. A produtividade económica pode estar a aumentar nas



nossas sociedades, mas à custa do dumping social e da deterioração do ambiente. A social democracia está no poder, mas a ideologia neoliberal está a determinar as suas políticas orçamentais, monetárias, sociais e de emprego. Infelizmente, uma minoria de sociais-democratas saúda e até apoia esta nova tendência no seio dos seus partidos. Esta minoria virou as costas aos valores progressistas dos seus partidos com o argumento de que estão a «modernizar» a social democracia. Alguns tentaram teorizar «uma social democracia de mercado», isto é, uma marca símbolo de políticas centristas que apenas demonstra uma

fascinação ambivalente com a globalização neoliberal. Um intelectual britânico confuso chamou-lhe «Terceira Via». Na verdade esta terminologia vistosa não consegue esconder o facto de que esses sociais-democratas adoptaram a velhíssima retórica e algumas das políticas dos conservadores e neoliberais.

Um número crescente de sociais-democratas na Europa acredita que chegou a altura de defender de forma mais visível os tradicionais valores de justiça social, solidariedade e democracia. Este grupo quer que os seus partidos apoiem políticas sociais democratas genuínas e que coloquem os direitos políticos e sociais dos cidadãos no centro da actividade política. Este grupo discorda dos seus camaradas que dizem que as forças do mercado «não devem ser contrariadas». Estes sociais-democratas dizem que este ponto de vista é politicamente incorrecto e derrotista.

Em contrapartida, pensam que o papel de governos sociais democratas modernos é o de impor novas formas de regulação do capitalismo globalizado e propor novos modelos de democracia e solidariedade que escapem à lógica pura do mercado. Como sociais-democratas consistentes, reconhecem que a economia de mercado pode produzir riqueza e prosperidade, mas recusam submeter-se ao novo dogma que estabelece que tudo o que for privatizado funciona melhor.

Membros de partidos sociais democratas da Europa que não querem nem

conseguem aceitar esta forma domesticada de social democracia estão convidados a aderir ao movimento República Social Europeia (RSE). O RSE lançou o seu manifesto no congresso de Paris da IS em Novembro de 1999. Este órgão democrático e informal foi fundado por representantes da esquerda dos partidos socialistas e sociais democratas que fazem parte da IS. O RSE realizou o seu primeiro encontro em Berlim na Primavera deste ano e reuniu-se novamente no Verão em Nantes.

O RSE está a organizar uma sessão paralela ao conselho europeu de Nice agendado para Dezembro. Nesta ocasião tenciona discutir moções sobre a globalização, as instituições europeias e política fiscal. Actualmente, o movimento inclui um membro do Governo francês, vários deputados e eurodeputados e está a expandir-se com grande rapidez. Este movimento está aberto a militantes socialistas, a sindicatos e a organizações próximas dos sociais-democratas. Acima de tudo, o RSE oferece um fórum de discussão e cooperação para a esquerda social democrata. Este espaço de comunicação é promovido pelo uso da Internet, pela publicação de uma revista e pela elaboração de panfletos e programas. O objectivo do RSE é o de federar as esquerdas da social democracia e criar um espaço político transnacional que funcione a partir das bases.

*Professor universitário e líder da filial britânica do PS francês In «Diário de Notícias»

DITOS PÚBLICOS

Na edição de há várias semanas, das Entrevistas Públicas «DNA», em que o entrevistado foi o José Miguel Júdice, respigámos algumas frases que caem como soda cáustica em cano de cozinha. Sobre «Juventudes Partidárias» disse ele, «As juventudes partidárias deviam ser fechadas e os seus membros posto, a estudar, alguns a acabar a 4ª classe, outros o 5º ano do liceu. E proibi-los de irem para gabinetes ministeriais. Porque de facto eles são mais velhos do que os velhos. É gente que não sabe fazer nada... gente que nunca corre riscos sérios. Porque eles lá se mexem para estarem metidos nas listas em lugares legíveis».

Não merecem, por certo, todos os filiados semelhantes qualificativos, mas, que as «Jotas» deviam ser fechadas, isso sim. É que alguns habituaram-se à política quase

desde o berço e, de facto, nem estudaram, nem aprenderam a fazer nada que não seja a política e, porque sem preparação, só podem fazer a baixa, servindo de vara de mão para alguns autocratas. E, o que não deixa de ser entristecedor, quantos jovens cirandam à volta e à mercê do «mais velho» sem imaginarem que ele, servido, acha logo que os outros não servem, e esses (os autocratas) andam sempre à tona sentados no lombo dos que o suportam. É que ele emproa-se com o poder, mas não sabe nadar. Afoga-se logo. Quem quiser a actividade política, mesmo sendo jovem, luta no partido e se tiver qualidades singra no mesmo mar dos mais velhos, sem ficar debaixo deles. Não vai é dependurado nas quotas impostas pela «Jota». No capítulo «Políticos» disse «... uma das minhas mais frustrantes experiências na vida foi quando era presidente da distrital

de Lisboa e houve eleições para deputados. Tive de fazer as listas. Chegaram a telefonar-me amigos meus, que eu não via há 20 anos, a pedir um lugar nas listas para um amigo da amiga de outra amiga. Havia pessoas que se esgatanhavam para ficar nas listas. Foi absolutamente pornográfico, reles, chocante, miserável, rasteiro».

Para ver este filme com cenas eventualmente chocantes e com rasteiras pelo meio, não precisamos de o ver a preto e branco (o Júdice esteve na distrital há anos), nem fazer a viagem a Lisboa, nem entrar só por aquele partido. Podemos ficar-nos por cá e olhar o que por cá se faz agora. E os amigos não precisam de telefonar. Eles andam sempre, e todos, à roda do chefe. Sobre «Política» em geral comentou: «...o sistema político, tal como está

organizado, favorece o carreirismo, a hipocrisia, o seguidismo, a fachada nas costas, o apoiar o líder e dar cabo dele ao mesmo tempo, o dizer tudo e o seu contrário, a língua de pau e as palavras sempre iguais...»

Parece que nas políticas partidárias a teoria assenta como no cu da agulha. Não conhecemos todos inúmeros seguidores que fazem da hipocrisia o lema para, e até, atingirem imaginado objectivo. Atingido ou para o atingirem, fazem dos outros degrau de escada. E, se chegarem lá em cima, já nem para degrau os querem. Ficaram sujos, porque quem os usou nem sequer limpou os pés. Não conhecemos ninguém assim? Quem não ouviu já alguns dos agora auto-supostos importantes dizerem de agora apontes o que Maomé nunca diria do toucinho? Parece que ainda estou a ouvir alguns.

REFLEXÃO

Mário Soares

ELEIÇÕES AMERICANAS



Agora que o Parlamento Europeu entrou em curtas férias, aproveite a pausa reflexiva para uma breve e despreziosa análise sobre a hiperpotência hegemónica americana, em vésperas de eleições.

Perguntar-se-á se as eleições são importantes: George Bush ou Albert Gore farão alguma diferença, uma vez que se nos apresentam tão aparentemente iguais e ambos sem qualquer carisma?

Para quem lê apressadamente os jornais ou se informa um pouco ao acaso das notícias que lhe chegam em catadupas pela televisão ou pela Internet, nesta nossa sociedade mediática, pressinto haver alguma tendência para pensar que não. Mas sem motivo. As eleições americanas são mesmo importantes, não só para a América como para o mundo. Importantes pelo que está em jogo no centro do império mundial: não só a escolha do futuro Presidente dos Estados Unidos - que será o 43º - (e atrás dele estão o partido e os «lobbies» financeiros que o apoiam, bem como os conselheiros e as equipas logísticas que o envolvem e que são bem diferentes em cada caso!) mas também pela eleição de um terço do Senado e de toda a Câmara dos Representantes. O que constitui uma mutação decisiva dos quadros políticos para os próximos quatro anos. Sem esquecer que o presidente eleito vai ter a possibilidade de nomear pelo menos dois dos nove juizes do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos - outro dos três grandes pilares do poder: Presidente, Congresso e Supremo Tribunal. Na verdade, ao Supremo Tribunal Federal não só compete interpretar a Constituição como também intervir, praticamente, em

todas as opções fundamentais da vida pública americana.

Trata-se, portanto, em 7 de Novembro, de uma eleição complexa, multifacetada e decisiva para o futuro próximo dos Estados Unidos e, por consequência, do mundo em geral - que transcende em muito as pessoas dos candidatos presidenciais.

Num artigo aparecido num suplemento especial de «Le Monde», intitulado «America», o genial cineasta Woody Allen publica um texto extremamente irónico sobre as personalidades dos dois candidatos, que considera baços e sem graça, mas não se engana na conclusão: «eu voto no mais apagado» - diz Woody Allen - isto é: em Al Gore, não por ele mas pelo que está por detrás dele...

As eleições presidenciais americanas, mais do que quaisquer outras no mundo, têm custos elevadíssimos envolvendo somas milionárias. Não é, assim, qualquer pessoa que pode ser candidato com a ambição de ganhar. É preciso ter o apoio não só de um dos dois partidos tradicionais dos EUA como de «lobbies» financeiros poderosos. Aliás, a questão do financiamento dos partidos e dos candidatos - que é uma questão fulcral para o futuro das democracias - ainda não está regulamentada na América, continuando a ser extremamente opaca.

Dizem os grandes órgãos da imprensa americana, o «New York Times», por exemplo, que a actual campanha eleitoral terá um custo global bastante superior a 2 mil milhões de dólares... São verbas cujo volume desafia as imaginações mais férteis! A interpenetração das grandes empresas multinacionais e dos principais órgãos integrados que dominam os «media»

(cadeias de televisão, jornais, revistas, agências noticiosas e telecomunicações) é outro aspecto, nas democracias hipermediatizadas do nosso tempo, extremamente complexo e preocupante para o futuro, porque coloca o problema da importância efectiva (e não apenas decorativa!) do voto popular. É uma questão que importa um dia tornar clara - e regulamentar (mas como?) - se quisermos interessar seriamente os eleitores nos actos eleitorais (e não só no folclore enganador das campanhas), de forma a salvar de um colapso anunciado o tipo de democracias representativas que continuamos a ter.

A percentagem elevadíssima de abstenção nas eleições presidenciais americanas (que são indirectas, como se sabe, mas essa não é a razão) mostra, claramente, como o eleitorado americano se sente pouco envolvido no «espectáculo» das eleições, recusando - pelo simples facto de não votar - a sua participação, que devia entender como um dever cívico.

Trata-se de um fenómeno que não é só americano. Está, igualmente, a começar a bater-nos à porta, na União Europeia. Tem a ver com o desinteresse e o desgosto pela política-espectáculo; com o desconhecimento das verdadeiras opções em jogo nos debates políticos (quando existem!); com os progressos da illiteracia e o nivelamento por baixo dos programas das televisões, que hoje formam as mentalidades do comum das pessoas mais do que as famílias, as escolas, os livros, os partidos ou as igrejas...

A América, para o bem e para o mal, é hoje um exemplo e um espelho para o mundo. O dinamismo da sua economia apoia-se

na influência mundial do dólar, nos avanços do que se poderá chamar a «Net»-tecnologia, no peso do seu sofisticado arsenal técnico-militar, em Silicon Valley e Wall Street - na estreita ligação entre universidades, investigação, empresas e bolsas - mas também na cultura de massas (de que o inglês básico, rudimentar, se tornou o veículo universal), apoiada na exploração comercial da violência, do sexo e do sucesso fácil (teologização do mercado), em Hollywood, nos jogos electrónicos, na música «rock» e na «high-tech», para não falar na Coca-Cola e nos hamburgueses da MacDonalds...

A originalidade da América provém, no entanto, do seu passado - terra de liberdade! -, da consistência da sua democracia (descrita por Alexis de Tocqueville), do pioneirismo e do idealismo dos seus filhos, vindos da velha Europa, da África, da América Latina e agora também da Ásia, um «melting-pot» étnico e linguístico de excepcional dinamismo. O momento único de expansão que hoje atravessa é durável? Brzezinski julga-o conjuntural. Contudo, lembremo-nos que as previsões feitas no final dos anos 70 sobre a pseudo «decadência americana» se revelaram completamente falsas. Mas há um verme que está no fruto, isso parece evidente: a excessiva mediação, ligada a obscuros interesses financeiros, da sua democracia. O Presidente que for eleito em 7 de Novembro - qualquer que seja - terá uma tarefa árdua à sua frente. Esperemos que não nos faça ter saudades de Bill Clinton, de excepcional inteligência política - é verdade! - mas com evidentes fragilidades pessoais...

In-Expresso»

PERSPECTIVA

Manuel Alegre

A INSUPOORTÁVEL PRESUNÇÃO DOS PODERES



Um «pivot» da SIC entrevista um membro da nova direcção do Benfica. De facto não é uma entrevista, é uma inquirição. O jornalista faz de inquisidor, o entrevistado é colocado na situação de réu. Qual a heresia? A de fazer parte de uma direcção que ousou derrotar o candidato apoiado pela SIC.

Esta cena incomodou-me profundamente e fez-me reflectir sobre a insuportável presunção dos novos poderes. Presunção de onnipotência dos canais televisivos. Presunção dos demagogos que julgam poder enganar toda a gente a todo o tempo. As eleições no Benfica mostraram os limites de uns e de outros. Os limites da televisão: a SIC ainda não vendeu um sabonete para Belém e não conseguiu sequer aguentar o presidente do Benfica.

Mas não se pense que a vitória de Vilarinho foi a vitória de Moniz contra Rangel. Não foi. Pode-se fechar alguns desgraçados numa casa. Pode-se pôr outros a fazer tristes figuras num palco. Mas não se pode enfiar o Big Brother e o Big Show na consciência de toda a gente ao mesmo tempo. Nem foram as televisões que decidiram, nem sequer, ao contrário de comentários fáceis e apressados, o anúncio da contratação de Jardel. Contaram mais Toni e Eusébio. Mas não só. O resultado das eleições do Benfica demonstrou que de repente o inesperado pode acontecer. Há um clique. Algo que vem de dentro e do fundo, algo que não se explica e que ninguém sabe ao certo o que seja. Um protesto, uma rejeição, uma vontade de mudar. Ou talvez a expressão de um lento e subterrâneo processo, de

uma penosa e cansada humilhação. Aconteceu no Benfica. Pode sempre acontecer em quaisquer outras eleições. Creio que a lição a tirar é a de que há um limite a partir do qual nenhum poder penetra na consciência ou no subconsciente das pessoas. Nem o poder da televisão, nem o poder da demagogia e do dinheiro, nem o poder político com todas as suas tentações e seduções. Subitamente as pessoas viram, autodeterminam-se, transformam o voto numa arma de libertação. Salazar sabia e por isso nunca permitiu eleições livres. Em certos momentos cria-se uma corrente, uma onda imparável, a afirmação de uma soberania individual e colectiva que nada pode controlar. Há nas pessoas uma autonomia que permanece inviolável apesar de todas as violações. Por isso o Big Brother comunista implodiu na União Soviética e o

Big Brother capitalista há-de implodir no Ocidente. O poder das televisões, do dinheiro e da demagogia acaba onde começa o território secreto e sagrado de cada homem, a sua íntima e indestrutível liberdade, mesmo quando parece que está tudo nivelado, conformado e adormecido. Alguns podem vender a alma nas guerras das audiências ou nas mercearias das ilusões do poder. Mas como comprar a alma de um povo? Pode haver quem o engane, quem julgue que o tem na mão, quem fomenta a indigência mental e tente fazer passar por gosto popular a imbecilidade de qualquer programa televisivo, pode haver até «quem compre o seu chão sagrado». Mas a sua vida não. Sabia-o Pedro Homem de Mello, que era um aristocrata e um poeta. E Amália, que era povo, ainda que rainha.

In-Expresso»



CARTA ABERTA AO DIRECTOR DO «DIÁRIO DO ALENTEJO»

1. Você, Carlos Lopes Pereira, incrível director do «Diário do Alentejo», resolveu favorecer-me dando provas públicas do desactualizado sectarismo em que a sua mente ainda navega!

Aproveitando um documento do debate interno na Federação socialista do Baixo-Alentejo (A moção de orientação política «O PS Primeiro») resolveu dedicar um dos seus editoriais (edição de 6 de Outubro de 2000) a atacar-me com a costumada violência e a arrogância que semanalmente ali exhibe.

2. O ataque que me faz tem quatro vertentes.

Primeiro pretende criticar-me e, necessariamente, a todos os que, dentro da Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), defendem a *rotatividade da presidência*, com o argumento que «... de 17 municípios associados, 12 são da CDU, 4 PS e 1 PSD».

Ora, além de existirem outros exemplos de rotatividade, em que o maior é o da União Europeia, é bom de ver que haveria *proporcionalidade*, pois enquanto os municípios CDU detêm a presidência 12 vezes (por hipótese 12 semestres) os do PS apenas 4 vezes e os do PSD só uma vez. Recordo-lhe que os municípios não CDU são associados como os outros e que a população dos seus concelhos, que representam, é composta de cidadãos e eleitores de todos os Partidos. O que não se compreende é o receio do director do «Diário do Alentejo» em que outros municípios associados possam ter o direito e a possibilidade de estar na presidência da Associação.

Em *segundo* lugar, vira-se com bruteza e arrogância contra «... um pasquim cor-de-rosa oferecido semanalmente à margem da lei...».

Como você não teve a frontalidade (mais uma vez foi receio?) de ser explícito e porque, como não tenho quaisquer participações em jornais, julgo que o assunto não é comigo, não lhe vou responder.

Porém, posso afirmar que comungo consigo o respeito pela lei e pelas regras das profissões. Dou-lhe um exemplo: - O *Código Deontológico do Jornalista*, no seu número 10, estabelece: «10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse».

Pergunto: Sendo V., Carlos Lopes Pereira, dirigente e responsável partidário sentese em condições de afirmar que a sua condição e actuação cumprem o Código

Deontológico do Jornalista? E o que pensarão, sobre isso, os dirigentes da AMDB que têm a obrigação de zelar pelo recto cumprimento da lei em representação da totalidade da população e de todos os concelhos associados?

É que, na verdade, me dizem que Carlos Lopes Pereira é dirigente, a nível distrital, do PCP (DORBE), foi candidato eleitoral da CDU e é membro com funções de relevo na Assembleia Municipal de Serpa e, como ainda há pouco tempo li na imprensa regional, é mesmo o responsável (vulgo «controlador») político do PCP para o concelho de Castro Verde. Será isto compaginável com uma posição de independência e inserção face ao Código Deontológico?

Em *terceiro* lugar, pretende, com grosseiro abuso, fazer a afirmação «manhosa» de que eu (e outros) quando discordamos ou criticamos o jornal ou a orientação editorial do «Diário do Alentejo» o fazemos porque se pretenderia substituir o actual ou antigos directores para nomear alguém do PS e, assim, substituir um serventuário de um Partido por outro.

Curiosa esta postura de deturpação, por ser típica. Ainda agora leio, na imprensa nacional, vários dirigentes do PCP justamente a denunciar em público esta maneira de actuar. A crítica, mesmo internamente, é recebida e rechaçada com ataques e perseguições maldosas, pessoais e falsas, em vez de ter uma resposta séria. V., Carlos Lopes Pereira, volta a demonstrar o seu desactualizado sectarismo que, até mesmo dentro das fileiras do seu desactualizado Partido, é já combatido.

Ora manda a honestidade e a verdade dizer que em todas as posições que tomámos sobre o assunto e documentos produzidos (são do domínio público) consta sempre a proposta da constituição de um *Conselho de Opinião* para o «Diário do Alentejo», constituído por personalidades da região, de reconhecido mérito e independência, da área da cultura, da informação ou outras que propusessem o director, estabelecessem a linha editorial e, ciclicamente, apreciassem e se pronunciassem sobre o cumprimento desta e pela isenção, pluralismo e independência do Jornal.

Só assim é possível continuar a sustentar um jornal no sector público da Comunicação Social e esta proposta, concreta e objectiva, é muito diferente, no seu conteúdo e na sua qualidade, daquilo que, repito, «manhosamente», quer fazer crer o director do «Diário do Alentejo».

Em quarto lugar, V., Carlos Lopes Pereira, afirma em tom imperativo: «Fique o Sr.

Ameixa (...) esclarecido quanto ao rumo do *Diário do Alentejo*...» e, a seguir «Este jornal, que se implantou na região ao longo de quase 70 anos (...) vai continuar a defender os interesses dos alentejanos e os seus trabalhadores vão prosseguir, com dedicação e profissionalismo», etc. Pois bem, devo dizer-lhe que aceito as suas palavras porque estou aberto a dialogar com qualquer pessoa e julgo que todas têm o direito de opinião e de expressar o seu pensamento.

Porém, sendo V., um empregado da Associação e eu o Presidente de um Município associado, com assento num órgão dirigente (Assembleia Intermunicipal) seria interessante dilucidar a *quem cabe esclarecer quem* acerca do rumo dos bens da Associação.

V., Carlos Lopes Pereira, tem todo o direito como cidadão (e não se esqueça, dirigente partidário) de interpretar os «interesses alentejanos» e defendê-los. Contudo, não quero deixar de alvirar-lhe que em regime de Democracia pluralista essa interpretação e defesa *ou é diversa e plural ou, então, não é democrática*. Ou seja, ninguém, sectariamente, pode arrogar-se deter a verdade única e universal. Esse caminho está desactualizado e, infelizmente para os alentejanos (acho eu), o «Diário do Alentejo» ainda é dirigido nesses cânones.

V., por outro lado, dispensava bem de vir invocar os *trabalhadores do jornal* neste contexto, pois não são eles que estão em causa.

Se o objectivo é criar neles uma desconfiança ou mal-estar contra mim e o município que represento não o conseguirei.

As pessoas conhecem-me e tenho provas dadas na forma e no conteúdo como tenho defendido os direitos e os interesses dos trabalhadores na Câmara que dirijo.

E no processo, que está em estudo, de constituição de empresas para o «Diário do Alentejo» e para a gráfica, uma das minhas preocupações será justamente de analisar se os direitos e interesses dos trabalhadores estão defendidos e acutelados. Porque se houver incerteza quanto a isso então mais vale estarem como agora. Sobre estas questões é que faria sentido V. preocupar-se com a sorte dos trabalhadores. Não quanto à condução editorial do jornal porque aqui apenas têm de vigiar as decisões dos municípios associados, o Código Deontológico do Jornalista e (acrescento eu) ainda um Conselho de Opinião representativo da sociedade civil, livre e independente.

3. V., Carlos Lopes Pereira, depois de ler a moção política, que viria a ser

aprovada, por unanimidade e aclamação, pelos cerca de 300 delegados ao Congresso da Federação do PS do Baixo Alentejo, vindos de todo o distrito, senti fundo as críticas e, porventura, enxerga a sua justiça, ainda que o oculte. Porventura.

Como diz o Povo só enfia a carapuça a quem ela serve e V., Carlos Lopes Pereira, enfiou-a toda até aos pés. E, numa atitude defensiva, veio também declarar-se aberto a críticas.

Alguns riram. Um colega meu, presidente de uma Câmara associada da AMDB, dizia-me com graça: «Dá vontade de rir. O Carlos Lopes Pereira diz que está aberto a críticas e a gente ri-se, a gente até se rebola no chão, a rir, a rir».

V., Carlos Lopes Pereira, no próprio editorial nega essa postura. V. não está nada aberto à crítica. V. ignora o pluralismo e as suas virtudes. V. não é isento. V. não é independente.

Sei que V. é um profissional e, porventura, o jornalista mais bem pago do Alentejo, mas quero perguntar-lhe: V. é um profissional da Comunicação Social ou é um profissional da política? V. serve quem?

V. que em quase todos os editoriais glosa, até à exaustão e com enormes doses de demagogia, o tema «jobs for the boys», nunca se reviu neles?

V., Carlos Lopes Pereira, não sei de onde veio, nem onde estará amanhã. A população de Beja e do Baixo Alentejo também ignoram isso.

O que eu sei e toda a gente sabe, é que o tal Sr. Ameixa que V. quis invectivar, nasceu e sempre viveu aqui. Orgulha-se de ser alentejano. Que tem uma profissão. Que tem uma intervenção cívica e política há muitos anos. Que irá continuar a ter e que até ao fim dos seus dias continuará ligado a esta região e a defender os interesses alentejanos.

Poderá V., Carlos Lopes Pereira, dizer o mesmo?

4. Despeço-me, sem qualquer azedume nem acrimónia e, creia, não me move aqui qualquer ânimo de luta partidária. Apenas os mais elevados princípios relativos à Comunicação Social livre e democrática, que são mundial e comumente conhecidos e aceites e que gostaria de ver implantados no «Diário do Alentejo».

E, como o mundo e a vida não são estáticos e os homens inteligentes, estou certo que tal irá acontecer, mais cedo ou mais tarde.

E olhe, Carlos Lopes Pereira, talvez V. possa ainda vir a comungar este bonito e actualizado caminho.

*Presidente do PS/Baixo Alentejo



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Seminário em Albufeira

O II Passeio de Cicloturismo «Areias de São João» parte este domingo, dia 12, da sede do CD, às 9 horas.

O Auditório Municipal acolhe, amanhã, pelas 9 e 30, o seminário «O Papel das Diferentes Instituições no Desenvolvimento Desportivo Local».

A partir do dia 11 e até 9 de Dezembro, poderá apreciar as pinturas «poéticas» de Manuel Ribeiro, expostas na Galeria Municipal.

Colóquio em Amarante

Inserido nas comemorações dos 150 anos do nascimento do conselheiro António Cândido, a autarquia promove este fim-de-semana, no salão nobre dos Paços do Concelho, um colóquio subordinado ao tema «As Elites Intelectuais e Políticas em Portugal – 1834-1922».

Da iniciativa faz ainda parte um roteiro cultural com visitas a Candemil, Manhufe e Gatão.

Espectáculo em Cascais

Os GNR apresentam-se hoje à noite no Casino do Estoril, num espectáculo que promete dar que falar.

Livros e em Coimbra

A VII Festa do Livro começa amanhã, na Casa da Cultura, prolongando-se até ao dia 3 de Dezembro.

O romance «A Páginas Tantas», de Carlos Brito, será apresentado ao público por Paulo Sucena, amanhã, pelas 21 e 30, na Casa Municipal da Cultura.

Complementando o programa de jazz «Ciclo de Quartas», que decorre no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), todas

as quartas-feiras, até ao dia 22 de Novembro, a Fonoteca Municipal convida personalidades ligadas a esta área musical, para esclarecer e debater ideias relacionadas com a temática.

Assim, no dia 15, pelas 18 e 30, falar-se-á de «Jazz em Coimbra nos Anos 60», num evento que contará com a participação do camarada José Niza.

No mesmo dia, às 21 e 45, o TAGV acolhe um recital a cargo do Quinteto de Néilson Cascais.

Cinema em Espinho

O Cinanima 2000 – O Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho – decorre, até dia 12, no Centro Multimeios, Sala do Casino Solverde e Cine-Teatro São Pedro.

Arte em Fafe

«Tentações Literárias» é o título da mostra de pintura de Orlando Pompeu que será inaugurada amanhã, pelas 21 e 30, na Galeria Municipal.

A exibição poderá ser visitada, até ao dia 30, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30; e aos sábados entre as 14 horas e as 17 e 30.

Para as escolas do ensino básico da freguesia fafense, o Estúdio Fénix exhibe a fita «A Fuga das Galinhas», às 9 horas, 10 e 30 e 14 e 30.

A exposição sobre o São Martinho – trabalhos de alunos das escolas do ensino básico e jardins de infância – encontra-se patente ao público, na Biblioteca Municipal, até ao dia 17.

Poesia em Guimarães

Veja hoje, no Cinema São Mamede, «Mitos Urbanos».

«A Arte da Guerra» é o filme que poderá

ver, a partir de amanhã e até ao dia 16, na mesma sala de espectáculos.

A Biblioteca Municipal Raúl Brandão será palco de um recital poético intitulado «Poesia Cantada, amanhã e no Sábado, pelas 22 horas».

Dança em Lisboa

Amanhã estreia, nas salas de cinema alfacinhas a fita «Shower» («Chuveiro», na versão portuguesa), de Zhang Yang.

A banda de Alexandre Pires – Só Pra Contrariar – actuará este sábado, dia 11, às 21 e 30, no Pavilhão Atlântico do Parque das Nações.

Este fim-de-semana (sábado, dia 11, e domingo, dia 12) vá até ao Centro Cultural de Belém e assista, no Grande Auditório, a partir das 21 e 30, ao espectáculo «Rota», a cargo da Companhia de Dança Deborah Colker.

Feiras na Lousã

Este fim-de-semana, no recinto do Parque Municipal de Exposições realiza-se a XI Feira do Mel e da Castanha e ainda a V Mostra de Aves Canoras e Ornamentais.

A sala de exposições temporárias do Museu Municipal Álvaro Viana de Lemos acolhe a partir de sábado e até ao dia 30 uma mostra colectiva de artes plásticas com Lobo, Estela, Sophie e Lisa.

Também até ao fim deste mês poderá visitar, no Átrio da Biblioteca Municipal, a exposição de trabalhos de Toño.

Música em Portimão

O I Encontro de Música Popular Portuguesa decorre na próxima segunda-feira, dia 13, no Boa Esperança Atlético Clube.

Nos dias 13, 14 e 15, às 21 e 30, a Gaveta – Associação Cultural e Pesquisa Teatral de Portimão leva à cena, no Boa Esperança AC Portimonense, a peça «A Realidade a Cores», com encenação de Sara Duarte.

Concerto no Porto

O programa do Café-Concerto do Rivoli prossegue no fim de semana de 9 a 11 de Novembro, com o trio formado pelo saxofonista Rui Teixeira, o contrabaixista José Lima e o baterista Acácio Salero.

Palestra em Sintra

Integrado no Ciclo de Conferências sobre Francisco Costa, que assinala o centenário do nascimento deste escritor, Pinharada Gomes profere, amanhã, às 18 horas, uma palestra subordinada ao tema «Uma olhar às ideias estéticas de Francisco Costa», no Museu Ferreira de Castro.

A Galeria de Fiteares tem patente, no primeiro andar, uma mostra colectiva de pintura de Bárbara Walraven e Bert Holvast, até ao domingo, dia 12.

SUGESTÃO

FESTA DA CASTANHA

Magustos, provas de vinho novo e uma mostra de artesanato são alguns dos atractivos da XVII Feira do Castanheiro – Festa da Castanha, a decorrer, no próximo fim-de-semana, em Marvão, Portalegre.

O palco do Terreiro foi o local escolhido para os espectáculos musicais, incluindo as actuações do Grupo dos Pauliteiros do Planalto Mirandês, do grupo de música popular portuguesa Quadrante e da Escola de Música de Marvão.

Os espectáculos com o Grupo de Marionetas Trulé, o Coral de Évora e a Companhia de Teatro Acta são outros dos atractivos para quem visitar sábado e domingo aquela vila alentejana, candidata a património mundial.

O evento conta ainda com animação de rua, com destaque para os cuspidores de fogo, malabaristas, grupo de cabeçudos, gigantes e «Zés-pereiras» da Universidade do Minho, bem como música medieval e folclore.

Simultaneamente, decorre, até domingo, o terceiro concurso de gastronomia com castanha, no qual participam vários restaurantes do concelho, que apresentam iguarias confeccionadas com este fruto.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Adagio canta bile

O cego deu à manivela
Da velha e triste pianola
Que era a alegria da vila:
Mas já ninguém vem à janela...
– Pois vindo davam-lhe esmola
E ocultos podem ouvi-la.

Carlos Queiroz

Guimarães 2000
JAZZ
9 a 18 Novembro
Auditório da Universidade do Minho

- Dia 9** Gil Goldstein Big Band
- Dia 10** Joe Fonda Quinteto / Ernest Dawkins New Horizons Ensemble
- Dia 11** Carlos Maza / Steve Lacy & Roswell Rudd
- Dia 15** Cyro Baptista Beat The Donkey & Pedro Moreira Sexteto
- Dia 16** Vandermark 5
- Dia 17** Ernst Reijseger / Giorgio Occhipinti Hereo Tentetto
- Dia 18** David Binney's Free To Dream Ensemble



A CADA UM A SUA RESPONSABILIDADE

E screvo quando ainda não é seguro que o pânico em que se encontra o Estado para o próximo ano seja aprovado.

Existe, contudo, uma expectativa positiva de que tal venha a acontecer.

Em primeiro lugar porque, aparentemente, há um deputado do PP disponível para votar o Orçamento de Estado de forma favorável.

Em segundo lugar porque se percebe, claramente, que o pânico em que se encontram o PSD e o PCP, com a eventualidade de um chumbo, sempre os levará a encontrar uma solução engenhosa. Isto apesar de estes partidos (como aliás o BE, o PP e o PEV) já terem ido longe demais no seu *bluff* e terem agora uma escassa margem de manobra e de recuo. Neste quadro a «disponibilização» do deputado do PP é um verdadeiro «bálsamo do céu» para os partidos da oposição.

A possibilidade de viabilização do Orçamento, com o voto positivo de um deputado de um partido da oposição, que quebra assim a disciplina de voto, tem sido o grande tema da discussão política da actualidade.

A generalidade dos «*opinion makers*» tem diabolizado esta solução; curiosamente a generalidade da opinião pública está de acordo com a «saída» encontrada e apoia-a.

Esta aparente contradição entre «opinião pública» e «opinião publicada» é facilmente justificável.

O eleitorado não quer eleições antecipadas, o eleitorado está cheio de maledicência sem sentido e justificação, o eleitorado rejeita crises políticas artificiais, na ausência de alternativas, o eleitorado está satisfeito com o rumo que as coisas levam no País, o eleitorado percebe que a rejeição do Orçamento pode produzir uma crise e, portanto, a opinião pública aceita bem a atitude do deputado popular.

Por outro lado, a Comunicação Social (o 4º poder) vive sobretudo de situações de confronto e crise, deseja a cada momento poder elaborar cenários estratégicos, ouvir declarações contraditórias, identificar conflitos onde não existem, condicionar o rumo dos acontecimentos e da vida política; logo a opinião publicada gostaria muito, mas mesmo muito, de ter uma crise que lhe enchesse as páginas, os espaços

radiofónicos e as imagens televisivas.

Só que a satisfação destes «desejos» teria este ano um preço elevado: uma crise política para a qual, com rigor, não se vê saída razoável e, sobretudo, alternativa coerente.

O Governo fez o que devia: entregou na Assembleia da República uma proposta orçamental que respeita a matriz programática do seu compromisso com o País (validada eleitoralmente) e disponibilizou-se a aceitar correções que, não pondo em causa a referida matriz, ajudem a melhorar o Orçamento.

O Grupo Parlamentar que o apoia confirmou esta atitude e tornou-a extensiva para o debate na especialidade.

A oposição (toda a oposição) anunciou, mesmo antes de conhecer totalmente as propostas em análise, que as rejeitará. Deve o País ficar sem Orçamento e eventualmente sem governo, durante pelo menos nove meses?

Neste quadro todos devem assumir as suas responsabilidades de forma transparente e, sobretudo, diante da opinião pública.

Para que possam na altura própria ser responsabilizados!


«Aqui há uns anos, Vicente Jorge Silva escandalizou o País ao falar de uma "geração rasca". Temos agora durante quatro meses ("Big Brother") o rasca na sua essência»
Eduardo Prado Coelho
Público, 1 de Novembro

«Pela sua essência, pelos instintos a que apela e pela natureza dos diálogos, o "Big Brother" situa-se no plano de uma enorme mediocridade cultural»
Francisco Assis
Expresso, 4 de Novembro

«Na verdade, esta globalização neoliberal beneficia apenas alguns indivíduos privilegiados, enquanto empobrece as classes médias e piora as condições de vida dos mais pobres»
Philippe Marlière
Diário de Notícias, 1 de Novembro

«Privatização e flexibilidade são palavras-chave no léxico dos doutrinários do neoliberalismo»
Idem, ibidem

«Na verdade esta terminologia vistosa (Terceira Via) não consegue esconder o facto de que esses sociais-democratas adoptaram a velhíssima retórica e algumas das políticas dos conservadores e neoliberais»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz

